

TESE DO COLETIVO RESSIGNIFICAR AO XXIV CONFASUBRA

Dedicamos esta tese à todas aquelas e aqueles que tombaram diante do genocídio perpetrado pelo governo fascista, instalado de 2019 a 2022.

Em especial, dedicamos também ao camarada militante José Pedro Farias dos Santos - o nosso querido Zé Pedro - um gaúcho que veio de um "*pedaço de terra cercado de Rio Grande por todos os lados*" e que seguirá sempre "*passeando de pijamas nos nossos corações*"! Zé Pedro presente, hoje e sempre!

1. CONJUNTURA NACIONAL E INTERNACIONAL

O XXIV CONFASUBRA ocorrerá depois de um período de cinco anos de um contexto muito difícil para a humanidade, tanto no âmbito nacional quanto internacional, que reforçou a urgência do enfrentamento por parte de todos os povos contra as consequências nefastas do capitalismo. É com este espírito de luta e esperança que o coletivo Resignificar da FASUBRA Sindical, saúda a categoria dos técnico-administrativos nas universidades e institutos federais de educação brasileiros, bem como todas e todos delegadas e delegados deste Congresso.

O XXIV CONFASUBRA realiza-se em 2023 como consequência de uma das maiores crises sanitárias da história. A epidemia de COVID-19 abalou a sociedade mundialmente e trouxe à tona, ainda mais, os problemas e as contradições do modo capitalista de produção. O declínio do império americano e a emergência de alternativas multipolares de coexistência econômica, política, social, militar, diplomática e cultural questionam o sistema e colocam em xeque o poderio do modo de organizar a sociedade. Ganham visibilidade atores na cena global, em especial os países da antiga zona periférica do sistema imperialista e do hemisfério sul. Assim, vão se explicitando novas contradições que escancaram a injusta forma de produção e o sistema capitalista, em crises cada vez mais agudas, e ao mesmo tempo, tenta se impor e

manter sua hegemonia através da força, da espoliação, do rentismo e do ataque aos direitos da classe trabalhadora. Inclusive, nessas duas décadas de século XXI, aliançando o neoliberalismo mais agudo com as tentativas fascistas de implantação de governos de extrema-direita, para aplicação de seu receituário.

Ainda no cenário internacional, a guerra entre a Ucrânia e a Rússia provoca a explicitação da ofensiva norte-americana contra a expansão de mecanismos comerciais que possam ameaçar sua pseudo hegemonia. Usando seu braço armado, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e seus antigos aliados como a União Europeia, a guerra gerou impasses e demonstra a falta de disponibilidade, em qualquer negociação que favoreça a Rússia e seus interesses comerciais, em especial com a China. Na América Latina, tanto na área econômica quanto na área política, seguem os embargos comerciais, a prática de *law faire* em alguns países e o avanço da extrema direita em outros e graves crises econômicas.

Existe esperança nessa quadra da História da Humanidade. Muito embora o quadro internacional ainda seja de profunda e heroica resistência, vão surgindo, aqui e ali, governos com projetos nacionais e progressistas, alicerçados na ideia de independência e autodeterminação dos povos e com pautas de desenvolvimento, justiça social, trabalho e paz para os seus povos. Governos democráticos que podem fazer ressurgir um novo período de perspectiva de um outro mundo para os povos do mundo. Um outro mundo é possível!

A tragédia neoliberal

As crises financeiras e econômicas mundiais, além dos efeitos perversos que causam, abrem novas oportunidades para o privilégio de alguns segmentos em detrimento da maioria. No sistema capitalista, quem contribui com a base de sustentação são as trabalhadoras e os trabalhadores, enquanto que os benefícios são restritos a uma parcela ínfima da sociedade. As desigualdades sociais se agravaram muito nos últimos cinco anos, principalmente nos países que possuem economias subalternas, sem independência e sem um mercado interno suficientemente equilibrado. A ganância do capital se apropria das riquezas dos países do sul global, através da exploração de recursos humanos e naturais.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho - OIT, a maior parte de pessoas sem emprego ocorrerá nas economias emergentes. O contingente de desempregados e desempregadas no mundo cresceu dezenas de milhões em relação ao ano anterior ao da crise financeira global de 2008. Enquanto isso, a taxa de desemprego das economias desenvolvidas

diminuiu. Na maioria dos casos, no entanto, estas melhorias não foram suficientes para eliminar a lacuna de empregos que surgiu como resultado da crise financeira global.

As formas vulneráveis de trabalho – como trabalhadoras e trabalhadores domésticos não remunerados e trabalhadoras e trabalhadores por conta própria – devem constituir mais de 45% da ocupação total, ou seja, 1,5 bilhão de pessoas em todo o mundo. O emprego vulnerável é particularmente alto nos países emergentes e em desenvolvimento, atingindo entre metade e três quartos da população empregada nesses grupos de países, respectivamente, com picos no sul da Ásia (70%) e na África Subsaariana (72%).

Ao mesmo tempo, a OIT adverte que a incerteza global e a falta de empregos e trabalhos decentes, entre outros fatores, alimentam o mal-estar social e a migração em muitas partes do mundo. A crise financeira e econômica mundial expôs a ineficiência da regulação da economia pelos mercados, defendida com veemência pelos neoliberais. A ineficiência deste sistema econômico já provou que não há como governar sem a retirada dos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores destes países.

O socialismo é o sistema por nós defendido frente ao vigente capitalismo neoliberal, que não oferece condições para melhorar a vida das trabalhadoras e dos trabalhadores, mas, pelo contrário, exacerba a desigualdade no mundo inteiro. Neste sentido, é necessário que os movimentos sociais, no mundo, apreendam os traços do atual momento de desenvolvimento do modelo capitalista neoliberal, que esboçam, em nosso ponto de vista, um processo estrutural de falência das possibilidades de algum avanço positivo nesse modo de produção. Ou seja, afirmamos aqui que o horizonte próximo, ou mesmo de longo prazo, sem uma mudança estrutural da sociedade, é o aprofundamento da barbárie muito bem materializado no aumento dos conflitos bélicos, da miséria, da fome, da desinformação, das catástrofes ambientais, das violências, enfim, da desigualdade. A resistência ao neoliberalismo deve ter sempre como bandeira no horizonte, a médio e longo prazo a construção do socialismo para que os povos do mundo vivam e convivam com justiça social, paz e solidariedade.

Para agravar ainda mais essa situação de crise capitalista, em 2020, ano em que deveria ocorrer o XXIV CONFASUBRA, o mundo passou a conviver com a pandemia de covid19. Tal tragédia fez as economias do mundo desabarem e interrompeu qualquer possibilidade de recuperação da última crise capitalista, de 2008. No princípio, o mundo foi assolado por uma dualidade mortal na política de enfrentamento da crise na saúde mundial: de um lado, a ciência e a preocupação com as vidas humanas e por outro, o negacionismo. Capitaneados por diversos

líderes globais, como Trump, Bolsonaro e Boris Johnson, a ultradireita e a ultra ortodoxia neoliberal mantinha o discurso de “normalidade”. Após essa postura inicial, assistimos os países desenvolvidos abandonarem a velha cartilha contra o gasto público e aplicarem extensos programas e planos de recuperação das economias com farto investimento dos Estados. Mais de 100 países ao redor do mundo injetaram nada mais do que 35 trilhões de dólares para salvaguardar seus interesses. Ou seja, o discurso de desmonte do Estado e de suas políticas públicas, em especial os sistemas de saúde e proteção social para toda a população, foi pego em sua centralidade, uma vez que a pandemia evidenciou que os mais pobres e os mais desassistidos, como idosos, pessoas negras e povos indígenas, foram os que mais sofreram suas consequências.

As principais consequências da pandemia do novo coronavírus foram as mortes e a perda da saúde física e mental em todo o mundo, com o colapso nos sistemas de saúde, o aumento dos índices de desemprego, a quebra generalizada de empresas e a luta pela sobrevivência. Porém, como sempre no sistema capitalista, a crise não se abateu uniformemente para todos os povos. Aqueles que conseguiram historicamente construir sistemas de proteção à saúde, de forma universal e gratuitos, tiveram acesso às vacinas e tratamentos com maior rapidez e equidade. Já os países com maior dependência e déficit nesses sistemas, viram-se atirados à própria sorte, como foi o caso da grande maioria do continente africano e do Oriente Médio.

As consequências da pandemia, somadas às graves disputas e contradições do sistema hegemônico capitalista tensionam a realidade internacional. Os Estados Unidos, em processo contínuo de questionamento de seu poder econômico e militar, enfrentam resistências de nações que se opõem ao “destino manifesto” do imperialismo controlar e subjugar as nações através de sua “pax” armada e exploradora. Em especial, a Rússia e a China tensionam os EUA quanto à sua ingerência sobre os países. Desses questionamentos surgem movimentos, ações, iniciativas, propostas globais para que o mundo tenha uma conjuntura mais multipolar e colaborativa.

Atualmente, um grande fator de toda a disputa global é a entrada da economia mundial na nova era científica e tecnológica. A revolução 4.0, a tecnologia 5G, a disputa por matéria-prima, mão de obra e conhecimento sobre os semicondutores (imprescindíveis para aparelhos desde celulares, automóveis, eletrônicos, satélites, armas e cidades inteligentes) conduzem os países para conflitos comerciais e possivelmente, até armados. A questão da disputa dos EUA com a China sobre a “independência” de Taiwan tem mais a ver com as questões das empresas

lá instaladas e que fornecem chips e semicondutores para o mundo, em especial a China, do que qualquer outra coisa na atual realidade. Sim, há a histórica posição chinesa sobre Taiwan ser uma “província rebelde” sobre a narrativa imperialista de “país soberano”. Mas a pandemia também evidenciou o quanto os EUA se tornaram dependentes da tecnologia asiática nessas últimas décadas. A ponto de, em determinado momento da crise sanitária, a fabricação de carros, tratores, robôs teve que ser suspensa porque faltavam semicondutores no mundo. Quem dominar o ciclo completo deste processo terá dado passos largos para liderar a economia global no século XXI. E neste momento, não são os EUA quem lidera essa corrida. Motivo esse que levou, recentemente, o presidente Joe Biden a anunciar incentivos com dinheiro público (!) para a instalação de uma fábrica de semicondutores no Texas. O total de dinheiro público injetado nessa empreitada será de 52 bilhões de dólares! Enquanto isso, abaixo da linha do Equador, os desgovernos Temer/Bolsonaro fecharam a promissora e única fábrica brasileira de semicondutores, o CEITEC.

A vitória do Partido Democrata sobre o “trumpismo” nos EUA abriu um cenário novo e contraditório: ao mesmo tempo em que a ascensão de Joe Biden derrota a ultradireita internacional e suas práticas fascistas, xenófobas e racistas, por outro lado não é garantia de mudança na essência do centro do capitalismo global. Isto é, a vitória democrata desloca o setor mais violento de ataque aos povos, permanecendo o *modus operandi* imperialista de submeter o mundo ao seu bel prazer e interesses. Na atual quadra da história, essa forma de dominar o mundo se dá, cada vez mais com os modelos “híbridos” de guerra e ataques às nações que ousam discordar de Washington. Desde a propaganda, passando pela guerra cultural, *lawfare*... Todos os mecanismos estão voltados para o interesse imperialista de manter a dominação.

A mais absurda e hedionda concentração de riqueza em algumas centenas de famílias ao redor do mundo contrasta com o retrato da profusão da fome, miséria, desemprego, falta de condições mínimas de vida e sofrimento com as consequências do desequilíbrio ambiental sentidos por bilhões de pessoas ao redor do planeta. O capital financeiro internacional pouco ou nada se importa com a sobrevivência de 99% da humanidade.

O capitalismo destrói o planeta

Nessa conjuntura, a crise ambiental se aprofunda. É crescente o alerta sobre a emergência climática e a necessidade de uma economia de carbono neutro – agenda de sustentabilidade que possui potencial para o desenvolvimento, a inclusão social e a geração de renda e empregos. Ao mesmo tempo, as potências capitalistas centrais tentam instrumentalizar,

de forma hipócrita, a bandeira ambiental para impor barreiras não tarifárias aos países em desenvolvimento, negando-se a assumir sua responsabilidade histórica pelo advento da crise ambiental planetária, incluindo o aquecimento global. O aquecimento da Terra está levando ao derretimento das calotas polares e de geleiras, elevando o nível das águas dos oceanos e dos lagos, submergindo ilhas, amplas áreas litorâneas e mangues. O superaquecimento das regiões tropicais e subtropicais contribui para intensificar o processo de desertificação e de proliferação de insetos nocivos à saúde humana e animal. A destruição de habitats naturais provocaria o desaparecimento de espécies vegetais e animais.

Urgem soluções menos agressivas para garantir o crescimento econômico com sustentabilidade ambiental. O planeta já esgotou sua capacidade de renovação e ainda assim continuamos a utilizar recursos naturais como se fossem infinitos. O mundo possui tecnologia e capacidade para uma revolução energética, mas os governos precisam investir e apoiar a batalha contra o aquecimento global através de ações concretas e de rápida implantação.

O esgotamento de recursos no contexto capitalista leva a soluções ainda mais desiguais para a população. A privatização do acesso à água potável, por exemplo, implica na exclusão de quem não pode pagar e tem impedido o acesso a este recurso principalmente nos países pobres. Sendo a água uma necessidade básica do ser humano, sua propriedade não pode ser entregue a alguém ou a um grupo de pessoas que detenham seu monopólio visando apenas o lucro, sem medir as consequências.

Diversos países do mundo estão pensando em soluções menos agressivas ao meio ambiente para garantir o crescimento econômico e a tal da sustentabilidade. Os combustíveis fósseis, como o carvão mineral, o gás natural e o petróleo, liberam durante sua queima elevadas quantidades de dióxido de carbono (além de outros poluentes) para a produção de energia e, por isso, estão entre os principais vilões do aquecimento do planeta.

O planeta é capaz de absorver até certa quantidade dos gases do efeito estufa. Assim, a humanidade precisa aprender a viver dentro destes limites impostos pela natureza. Esta, a grosso modo, seria a solução definitiva. O mundo está pronto para uma revolução energética, mas os governos têm que apoiar sua retórica contra o aquecimento global em ações concretas para o desenvolvimento das energias renováveis.

Já passou da hora de rever a doutrina neoliberal em todos os seus aspectos, inclusive no que se refere às privatizações. Em especial, é hora de eliminar uma das metas do Consenso de

Washington, de 1989, sobre a privatização de empresas estatais, tanto em áreas comerciais quanto nas áreas de infraestrutura. É o caso da água, que querem transformar em mercadoria e não em patrimônio público de todos os seres vivos. O objetivo central é gerar lucro e garantir o predomínio da iniciativa privada em todos os setores.

A privatização da água implica na exclusão de quem não pode pagar e tem impedido o acesso a este recurso principalmente nos países pobres. Em poucos anos, quem for dono da água terá amplo poder econômico e político, com poder de decisão sobre a vida humana. Se a água é uma necessidade básica do ser humano, um direito humano fundamental, sua propriedade não pode ser entregue a alguém ou a um grupo de empresários, cujo único propósito é a maximização de lucros. Se isso ocorrer, cada ser vivo será diretamente prejudicado e sujeito à morte.

Devemos ter em mente que, assim como o petróleo foi o estopim para muitas guerras no século passado, a propriedade da água doce e potável será, em breve, razão para a disputa pelos países que não a possuem. Novas guerras podem surgir e o Brasil precisa estar atento e vigilante para a defesa de seu patrimônio, pois temos uma das maiores reservas de água doce no mundo, no aquífero Guarani. Além de uma quantidade quase infindável de recursos hídricos através de rios, lagoas, lagos e a Amazônia que possibilita, através de suas matas e águas, chuvas para grande parte do país.

O velho e o novo Brasil: a tragédia Bolsonaro e a esperança com Lula

A conjuntura brasileira nesses últimos sete anos, principalmente desde o golpe contra a presidenta Dilma em 2016, refletiu no aprofundamento das desigualdades econômicas e sociais através da aplicação do ideário ultra neoliberal.

A eleição de Bolsonaro criou uma crise institucional, política, econômica e social sem precedentes. Representou a ascensão ao poder de um projeto vil da extrema direita, desestabilizando o regime democrático ainda recente no Brasil e governando através do medo, da censura e da opressão. Sob a desculpa de falência das instituições e dos mecanismos históricos da democracia liberal burguesa, defendem o fim da mesma e deixaram de temer ir às ruas para dizer que querem implantar um regime de exceção-ditatorial. O Brasil retrocedeu décadas nesses seis anos. A maré reacionária oprimiu o povo, calou as vozes de milhões, obrigou diversos a abandonarem o seu próprio país, destruiu as artes e a cultura nacionais e impôs censura a tudo e a todos que mantiveram-se na luta.

Os direitos do povo, a Constituição, os direitos trabalhistas e a aposentadoria foram atacados e destruídos. O Estado foi reduzido a um operador dos interesses da milícia no governo e seus aliados, sob as ordens do capital financeiro e dos ditames do imperialismo. A economia do país apequenou-se a exportar produtos agrícolas e minerais, voltando ao pior quadro do início da metade do século XX. A situação da indústria nacional retrocedeu aos índices dos anos 1980. Doenças erradicadas voltaram com força e matam crianças em pleno estado de São Paulo, em 2023! Aliás, o Programa Nacional de Imunização e o Sistema Único de Saúde (SUS), dois orgulhos nacionais perante o mundo, foram alvos preferenciais dos genocidas/golpistas. Vacinas não foram compradas, as instituições que as produzem no país foram esvaziadas/dilapidadas em seus recursos e toda a capilaridade do Sistema Único de Saúde foi desmantelada de forma estarrecedora. Aliás, a ciência, a pesquisa, os centros tecnológicos, institutos federais e as universidades públicas brasileiras foram “feridos de morte” pelos governos genocidas. Vivemos seis anos de ameaças de fechamento de portas todos os dias das instituições federais de ensino.

O governo da morte, da família miliciana, aliançada com banqueiros e com o capital financeiro nacional e internacional, colocou em prática a destruição do patrimônio nacional, privatizando estatais, em especial a Eletrobrás – que por sinal foi adquirida pelos magnatas responsáveis pela quebra das Lojas Americanas, numa fraude de R\$ 40 bilhões! Colocou na lista de privatizações os Correios, a Petrobrás, o CEITEC e outras joias que em qualquer nação soberana jamais constariam de liquidação num processo de lesa-pátria.

Além disso, destruíram a CLT, que resguardava o que ainda restava de direitos trabalhistas para o povo e asfixiam a cada ano a Previdência Social, já tão combalida por sucessivos ataques desde os anos 1990. Enquanto isso, no Brasil e no mundo, as riquezas nas mãos de alguns bilionários só cresceram. Algumas pessoas ficaram ricas e outras ainda mais ricas. Em outras palavras: em meio à uma grave crise sanitária que quase dizimou a Humanidade, não fosse a ciência; alguns lucraram com a morte e se apoderaram de mais e mais frutos do trabalho de milhões.

Do ponto de vista político-ideológico, o governo bestial de Bolsonaro promoveu insistentemente a apologia ao nazifascismo, incentivou e apelou para a pregação racista e homofóbica, estimulou a destruição material e a violência física e moral. Graças à iniciativa popular e união entre representantes dos três poderes, foram se criando as condições para compor uma frente de resistência contra aqueles que pregavam uma ditadura golpista no Brasil.

A vitória de Lula dá início a uma recomposição das forças da democracia, pois mesmo com todas as ameaças da extrema direita às instituições do Estado e da propagação de *fake News*, a candidatura de Lula foi criando as condições para que se formasse um grande movimento nacional em defesa de sua eleição. Para isso, é verdade, muitos daqueles que também participaram da farsa do *impeachment*, tiveram agora que rever suas posições e contribuir para que a democracia fosse garantida.

Graças à resistência popular e dos partidos políticos nucleados em torno da denúncia do golpe contra os governos progressistas, políticos independentes, personalidades, artistas, trabalhadoras e trabalhadores do campo e das cidades, movimentos sociais e muito apoio internacional, foram se criando as condições para fazer frente à possibilidade de fato de se instaurar uma ditadura no Brasil. Inúmeros pedidos de impeachment (mais de cem!), denúncias em organismos internacionais e nacionais, oposição no Congresso Nacional (ainda que minoritária), CPI da COVID-19, luta pelo Fora Bolsonaro!

A vitória da luta Lula Livre iniciou uma recomposição das forças de esquerda e democráticas no Brasil. A narrativa do impeachment contra Dilma pelas “pedaladas fiscais” e da prisão de Lula pelo “triplex”, após anos de denúncias, caíram por terra e numa decisão histórica, fruto da luta popular, Lula foi solto e absolvido das acusações, possibilitando sua reapresentação como alternativa, novamente, ao povo brasileiro. A direita sentiu-se intimidada e, desde então, passou a ameaçar as instituições do Estado. Criaram desde a mentira sobre as urnas eletrônicas até a tentativa de adiamento das eleições. Tudo para se perpetuar no poder. Aos poucos, a candidatura Lula foi criando as condições para que se formasse um grande movimento nacional em defesa de sua eleição. Para isso, é verdade, muitos daqueles que também participaram da farsa do impeachment, tiveram agora que rever suas posições e contribuir para que a democracia não fosse destruída no Brasil.

A campanha eleitoral de 2022 foi talvez a mais difícil desde a redemocratização. As forças de extrema direita, os oligopólios, latifundiários, setores hegemônicos do agronegócio mais conservador e reacionário utilizaram de todas as práticas mais nefastas para vencer a eleição. Desde ameaças veladas e escancaradas, compra de votos, uso da máquina pública, o episódio da Polícia Rodoviária Federal impedindo o deslocamento de eleitoras e eleitores no Nordeste. Tudo foi feito em prol da reeleição do “capitão”. Por outro lado, o compromisso com a democracia, a proposta de paz, trabalho e comida na mesa dos brasileiros voltou a empolgar as ruas em uma larga escala da população. Outra vez foi a batalha da esperança contra o medo.

E a esperança, outra vez, venceu. Lula assumiu em 1º de janeiro de 2023 para um terceiro mandato. Um mandato carregado de responsabilidades gigantescas: alicerçar de vez o Brasil no campo das nações democráticas e desenvolvidas, com paz e trabalho para o seu povo e acabar com a fome e a miséria. Com justiça social e prosperidade para as trabalhadoras e os trabalhadores!

Lula, terceiro mandato: outra realidade, novas tarefas

O início do novo mandato do governo popular e democrático de Lula, em 01 de janeiro de 2023, foi marcado por momentos históricos: a entrega simbólica da faixa pelo povo, a presença recorde de delegações estrangeiras na posse, o discurso de defesa da democracia, luta contra a fome e de esperança para o povo. Já nas primeiras semanas o novo governo precisou demonstrar sua força e coesão: na rápida reação à tentativa fracassada de golpe utilizando de terrorismo no dia 8 de janeiro, na assistência e combate ao genocídio do povo Yanomami, resposta às fraudes contábeis reveladas tanto no Banco Central como nas Lojas Americanas. A eleição acabou, mas a extrema direita permanece à espreita, esperando uma oportunidade para desestabilizar o novo governo democrático. Como disse o próprio Lula, em recente atividade presidencial, “derrotamos um presidente, mas ainda não derrotamos o fascismo”.

Em 2003, o país sofria as consequências da política neoliberal de dois mandatos de FHC, precedidos pelo impeachment de Collor de Mello. As privatizações e desregulamentação provocaram uma década de arrocho salarial e saques aos cofres públicos. O plano de ajuda aos bancos injetou, sem uma vírgula de reclamação do mercado ou da mídia, cerca de R\$ 70 bilhões de dólares em ajuda às instituições na época. À época, quando Lula assumiu, a taxa de juros batia na casa de 26%! Embora um Congresso Nacional corrupto e comprado pela emenda da reeleição, não havia o discurso e nem a militância de fechamento das instituições. A China recém entrava na Organização Mundial de Comércio e as redes sociais ainda estavam em sua fase embrionária. Em seu terceiro mandato, Lula recebe um país destrozado e dividido pela extrema direita bolsonarista.

E é com medidas concretas e de recomposição do tecido social e econômico do país que se dará a reconstrução e união que fazem parte do lema de Lula. É a partir do aceno e da efetividade das medidas em favor dos trabalhadores que a consciência política da população vai discernir o que é melhor para o povo brasileiro. É fundamental que o novo Governo Lula tenha como centralidade a recomposição mínima do funcionamento democrático do país e das instituições, baseado no atendimento de um programa emergencial que atenda as demandas

essenciais da população. O combate à fome e ao desemprego, a assistência com o novo Bolsa Família de R\$ 600 reais e um pacote de estímulo ao crescimento econômico são prioritários para dar materialidade às prioridades do novo governo. Defesa das vidas e perspectiva de futuro para milhões de famílias desamparadas. Reestruturar e investir no SUS público e na educação pública serão decisivos para reconstruir uma malha de segurança sanitária e social para milhões de brasileiras e brasileiros.

A reconstrução de um Serviço Público de qualidade, de instituições, sistemas e órgãos voltados para o atendimento das demandas da sociedade será um desafio diante da destruição causada nos últimos seis anos. As universidades públicas federais e os institutos federais sofreram esse desmonte como nunca antes na breve história da redemocratização. A área de Ciência e Tecnologia, Pesquisa e Inovação necessitarão de volumosos aportes para recuperar o tempo perdido e de autonomia para dar sentido ao progresso científico contra o negacionismo e as trevas do obscurantismo fascista.

O Brasil precisa reconquistar com urgência o seu protagonismo na América Latina e no mundo. Sem qualquer desejo hegemônico, temos vocação diplomática e do atual governo de sermos promotores da paz, da unidade e do desenvolvimento das nações com equidade e colaboração mútua. As iniciativas do bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS), da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e outras iniciativas multipolares são a mostra que, enquanto país importante no cenário regional e global, podemos contribuir no combate à pobreza, doenças, implementar a paz e os acordos de cooperação entre as nações.

Urge lutar por uma mídia democrática e propagadora da verdade e dos fatos. A luta também é político-ideológica e as forças progressistas têm o dever de pressionar governo, Congresso Nacional e Judiciário por um novo marco nas comunicações no país. Não dá mais para coabitarem a verdade e as tentativas torpes de sua relativização. Mentiras deslavadas sobre pessoas, instituições e acontecimentos são tratadas como “interpretação”, “narrativas” e “versões”. São apresentadas por determinados grupos de mídia à população sem o crivo do jornalismo investigativo histórico. Na verdade, passam a desempenhar um papel de *fake news* da mídia tradicional. Analistas, colunistas e jornalistas abertamente simpáticos às ideias segregacionistas, racistas e homofóbicas transitam com tranquilidade pelas redações dos maiores grupos de mídia nacionais e isso não causa nenhum espanto, sob o manto da liberdade de imprensa. O episódio do “triplex”, do sítio de Atibaia, do conluio de instituições privadas de

mídia com importantes setores do poder público demonstram que é preciso, ao mesmo tempo, refundar o Estado Democrático de Direito e reorganizar o funcionamento do setor de mídia, oligopólico, que historicamente se alinha aos setores conservadores da sociedade brasileira.

O episódio de 8 de janeiro nos faz refletir sobre a árdua e longa tarefa que é o da democratização e a “desbolsonarização” das forças armadas brasileiras e das polícias em todas as esferas. É preciso historicizar a formação e composição das forças armadas brasileiras e seus fundamentos filosóficos. Ao contrário de certo discurso oficial, a história das Forças Armadas (FFAA) possui viés elitista e descolado das verdadeiras lutas populares. Pelo contrário, sempre estiveram a postos para reprimir e colocar “ordem” quando o *status quo estava* em perigo. Ainda que tenham sido importantes para a construção territorial e unidade nacional, perseguem fundamentos baseados na guerra fria, na luta anticomunista pós-segunda guerra e forte preconceito contra os movimentos sociais. Nas polícias estaduais e militares o quadro é ainda mais grave. É preciso pensar o papel das Forças Armadas enquanto guardião do território e da democracia. Para isso, a história precisa ser contada e não colocada para debaixo do tapete. Há diversos exemplos no mundo de exércitos que são orgulho nacionais pelo seu enraizamento no povo e nas lutas de libertação nacional. E as atividades militares e de polícia são incompatíveis com a atividade política.

Por fim, diante de tantos e gigantescos desafios, fica a pergunta: onde se encaixam as demandas dos Técnicos-administrativos em Educação (TAE) das universidades e institutos federais brasileiros? É possível pensar em campanha salarial, pauta de reivindicações, mobilização, greves, pautas históricas para as IFE? A resposta é certamente: não é apenas possível, como necessária! O que pensamos ser delimitador principal para este momento histórico e qual o ambiente político, a conjuntura em que nos traz mais possibilidades de ganhos enquanto categoria? O de um governo democrático-popular, ainda que com seus limites tendo em vista as contradições de uma frente ampla ou o ambiente revelado pelo 8 de janeiro de 2023, em Brasília? Para nós – do coletivo Resignificar a FASUBRA – está mais do que evidente que devemos somar esforços para a aplicação e o aprofundamento de todos os grandes desafios do Governo Lula.

Tanto mais democracia e conquistas sociais para o povo, de maneira ampla, mais condições para os servidores públicos reivindicarem e exigirem condições de trabalho, salários e direitos. A experiência demonstrou que é preciso aprender com ela. Ainda que sempre alertamos que não é possível, sob hipótese alguma, colocar sinal de igualdade entre governos

do campo democrático e popular com os demais. E ainda mais com o governo que foi desalojado, de forte viés fascista e de extrema direita.

A priorização das reivindicações, o posicionamento de nossas reivindicações na hierarquia das urgências, o método das negociações e o respeito ao diálogo franco, aberto e respeitoso entre nós e de nós com o governo democraticamente eleito precisam ser construídos até para que as lutas necessárias que virão, tenham a chancela de que todas as etapas foram efetivadas. A fome não tem hierarquia; quem sente, tem urgência. Mas dentre aqueles que estão desesperados em um Brasil destruído, é preciso olhar primeiro para os milhões de brasileiras e brasileiros que voltaram ao mapa da fome.

Temos muita convicção de que a luta nas ruas e no parlamento contribui decisivamente para que possamos vencer a batalha entre os que defendem um Estado forte para atender as demandas do povo, derrotando as velhas aves de rapina, defensores de um orçamento público sustentando o capital financeiro e a agiotagem não produtiva. E será dura a luta, inclusive dentro do próprio governo, sabedores que somos de visões privatistas e de mercado junto a diversos setores governamentais, inclusive e preocupante, no MEC.

Porém, voltamos a ter esperança. Voltamos a respirar o ar revigorante da democracia. Voltamos a sonhar com um país sem medo. Podemos voltar a sair às ruas e exigir nossos direitos. A diminuição e quase ausência de greves e movimentos mais contundentes após o golpe só demonstram o quanto para os lutadores das causas sociais a democracia e governos que respeitem os trabalhadores nos são caros. Por isso, consolidar as conquistas do Governo Lula são diretamente proporcionais à derrota de um possível retorno da aventura golpista reacionária. Aprofundar os direitos fundamentais do ser humano, combater o racismo, a homofobia, a xenofobia, a segregação e a morte de inocentes é derrotar os defensores da apologia da morte. É defender um futuro melhor para nossos filhos e netos! É a possibilidade de um novo Brasil renascendo!

Porém, voltamos a ter esperança. Voltamos a respirar o ar revigorante da democracia. Precisamos aprofundar a luta pelos direitos fundamentais do ser humano, combater o racismo, a homofobia, a misoginia, a xenofobia, a segregação e a morte de inocentes, e derrotar os defensores da apologia da morte. A nós, cabe arregaçar as mangas e entrar de cabeça num novo ciclo de lutas e combates, de defesa de direitos básicos perdidos ou ainda não conquistados. Teremos que construir um novo campo de luta com novas armas, novos métodos, mais aliados, mais envolvimento da base e mais formação política e sindical. É avançando em

todos os espaços da sociedade, debatendo e aprendendo as diferenças e lutando por nossas urgências que haveremos de vencer essa grande batalha em defesa da civilização e contra a barbárie.

Viva a FASUBRA e as/os TAE das universidades e institutos federais!

Viva a grande vitória do povo brasileiro!

Viva a luta por um Brasil soberano, justo e democrático!

Um novo mundo possível!!!!!!

2. MUDANÇAS CLIMÁTICAS E A AGENDA NECESSÁRIA

Já não é novidade para nós as transformações que nosso planeta vem sofrendo com o aumento da temperatura média dos oceanos e do ar devido ao efeito estufa. O aumento do nível do mar, já constatado pela ciência, é consequência direta do derretimento das calotas polares e pode ocasionar o desaparecimento de ilhas e de parte de cidades litorâneas, sem falar no impacto causado à vida animal nos polos, com menos geleiras permanentes. Temos percebido uma maior frequência de eventos climáticos extremos, tais como tempestades tropicais, ondas de calor ou frio extremos, inclusive fora de época, secas extremas ou excesso de chuvas por tempo prolongado, etc. E esse cenário se emoldura por ação humana, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), já que as principais fontes de gases de efeito estufa são a queima de combustíveis fósseis, as atividades industriais, a agropecuária, o descarte de resíduos sólidos em lixões e o desmatamento, ações essencialmente humanas.

Foi a partir do início da década de 1970 que a ONU impulsionou a criação de uma ordem ambiental internacional, a partir da conferência de Estocolmo, em 1972. Desde esse marco, os países se agrupam em dois grandes blocos: o bloco do Norte, congregando os países desenvolvidos e os ex-comunistas com economia em desenvolvimento; e os países do Sul, reunindo os países menos desenvolvidos e em desenvolvimento. Tal nomenclatura passou a ser adotada desde então, e podemos caracterizar os países do norte como os países mais poluidores e os que mais degradam os bens comuns globais, e os países do sul que ainda detém os recursos naturais existentes. Nestes últimos, a degradação ambiental impacta de forma desproporcional em relação aos danos que causam, pois essa degradação é gerada de forma muito mais acentuada pelos países do norte.

Os dois blocos não são homogêneos. Há interesses próprios dentro de cada um. No entanto, é nítido o conflito de interesses entre os blocos desde que a ONU passou a realizar periodicamente as conferências do clima.

Em 1997, foi produzido e assinado o Protocolo de Kyoto, que estabeleceu metas de redução de emissão de gases de efeito estufa a serem cumpridas pelos países desenvolvidos, caracterizando-se um dos principais acordos mundiais sobre o compromisso de diminuição dos gases de efeito estufa, ratificado por 175 países. O protocolo de Kyoto constituiu-se em um acordo macro que formalizou em nível internacional as ações de mitigação da emissão de gases estufa em nível global. Na oportunidade, foi criado o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), conhecido como créditos de carbono. Os créditos de carbono nada mais são do que reduções certificadas de emissão e são medidos por um crédito a cada tonelada de carbono não liberado na atmosfera. Por esse mecanismo, cada vez que um país alcançasse a meta de redução, ele acumularia créditos de carbono e poderia negociá-los com outros países que não alcançaram a meta.

Créditos de carbono são como uma moeda do então chamado mercado de carbono. De uma maneira geral, quando um país consegue reduzir a emissão de uma tonelada de dióxido de carbono, ele recebe uma certificação emitida pelo MDL e obtém um crédito de carbono, que fica disponível para ser comercializado com os países que não alcançaram suas metas. Outra forma de comercialização de créditos de carbono envolve países que não conseguiram alcançar as metas de redução estabelecidas pelo Protocolo de Kyoto, podendo desenvolver projetos que proporcionem algum benefício em países em desenvolvimento, auxiliando esses países na redução da emissão de gases estufa.

Na época, os Estados Unidos, maior poluidor e responsável por emitir 52% dos gases estufa no mundo naquela década, se negou a assinar o protocolo do Kyoto, justificando que o cumprimento das metas estabelecidas no acordo prejudicaria a economia americana. Ou seja, embora percebam a exploração predatória dos seus recursos naturais em troca da industrialização e do desenvolvimento da economia no modo capitalista, os principais países poluidores impõem, historicamente, sérias dificuldades no estabelecimento de acordos e metas para a redução das emissões de gases de efeito estufa. Atualmente, a emissão de gases de efeito estufa não se restringe aos países desenvolvidos. Alguns países em desenvolvimento tiveram significativo aumento em suas emissões. O ranking dos países que mais poluem, disponibilizado no final de 2022, conta com a liderança da China, seguida pelos Estados

Unidos, Índia, Rússia e pelo Brasil, que assumiu a quinta posição devido ao aumento exponencial de emissão de gases de efeito estufa durante o governo Bolsonaro.

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) foi criado pela ONU e pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) em 1988 para municiar líderes políticos dos Estados-membros com dados científicos periódicos sobre as questões climáticas, incluindo o diagnóstico, as implicações e ações mitigatórias. Este grupo de cientistas vêm alertando sobre o aumento da temperatura planetária e, em 2021, apresentou relatório global realizado por mais de 230 pesquisadores de 66 países. Os dados apresentados são alarmantes! Entre os anos de 1850 e 1900, com a segunda revolução industrial, a temperatura média global aumentou 1,1°C.

Desde 1970, o ritmo de aquecimento do planeta nos períodos de 50 anos estudados se intensificou mais do que qualquer outro período de 50 anos nos últimos dois mil anos! Ao passo que, nas próximas duas décadas, a temperatura do planeta tende a ultrapassar o patamar de 1,5°C se nada for feito. O estudo fez uma vinculação direta do aumento de temperatura do planeta com a atividade humana e com a incidência de eventos climáticos extremos e já fala sobre mudanças climáticas irreversíveis geradas pelo efeito estufa. Se atingirmos um aumento médio de 2°C, poderemos ultrapassar os limites críticos de tolerância para a produção de alimentos e para a saúde humana.

O mesmo estudo, no entanto, mostra que ainda temos tempo para limitar os efeitos das mudanças climáticas no nosso planeta naquilo que de mais devastador elas podem oferecer, se os países se comprometerem a diminuir a emissão dos gases estufa de forma radical e constante. Se isso acontecer, ainda segundo o relatório, as temperaturas globais poderiam se estabilizar dentro de um prazo de 20 a 30 anos. Portanto, os impactos ambientais gerados pelos modelos de desenvolvimento capitalistas adotados pelos países desenvolvidos têm sido sentidos no planeta todo, em especial nos países menos desenvolvidos, como uma consequência direta do modo de produção capitalista.

Os países capitalistas desenvolvidos têm dificuldades em realizar a necessária troca de matriz energética e ceder à exigência de diminuição na emissão dos gases de efeito estufa, pois não querem impactar o seu desenvolvimento econômico capitalista. Fato este que sempre gera desconforto nas conferências da ONU sobre mudanças climáticas. A última realizada foi a COP-27, no Egito, no final de 2022. Apesar do encontro ter conseguido soluções para auxílio a países mais vulneráveis do eixo sul global a agir frente aos problemas advindos das mudanças

climáticas, a questão central de como o mundo vai reagir agora para evitar que a temperatura média global não ultrapasse 1,5°C nos próximos 20 anos não teve avanços significativos.

Como medidas aprovadas no encontro, destacamos: a criação de um fundo para auxílio aos países que enfrentam danos severos causados pelo efeito estufa e as mudanças climáticas; o reforço no compromisso dos países desenvolvidos em viabilizar o financiamento climático aos países em desenvolvimento; o lançamento de várias iniciativas importantes voltadas aos países africanos; o avanço nas soluções baseadas na natureza, com abordagens ecossistêmicas, etc. Entretanto, ainda existe uma enorme lacuna entre o que tem sido historicamente acordado nos encontros e o que, de fato, tem ocorrido.

Apenas seis países integrantes do G20 aumentaram suas metas de redução de gases, sendo que outros seis do mesmo grupo jamais cumpriram as metas estabelecidas, a saber: Estados Unidos, Canadá, Austrália, Brasil, Coreia do Sul e México. No ritmo das metas já pactuadas, os cientistas identificam que o planeta terá um aumento de até 2,7°C em 2030 e que o corte necessário nas emissões de gases de efeito estufa para manter o aquecimento global dentro da meta de 1,5°C é da ordem de 55% em cada país. Uma diminuição do metabolismo do capital desta ordem é impossível de se atingir mantendo a lógica de expansão das atividades industriais no conjunto dos países em geral; mas, sobretudo nos países ditos “desenvolvidos”. O percentual necessário (55%) apontado para uma saída da catástrofe ambiental já aponta a necessidade de superação do atual modelo societário.

O Brasil nunca desmatou e poluiu tanto

Segundo o Relatório do Observatório do Clima, lançado a poucos dias antes da COP-27, o Brasil, no final de 2021, atingiu a maior taxa de emissão de gases de efeito estufa, com a emissão de 2,42 bilhões de toneladas brutas de CO₂ (unidade que engloba todos os gases de efeito estufa). É a maior taxa de emissão de gases de efeito estufa em 19 anos! Este recorde negativo chegou muito próximo dos valores de 2003, quando o Brasil emitiu 3,02 toneladas brutas de CO₂. Consta no relatório um sistema de estimativas de emissões de gases de efeito estufa (SEEG). Por este sistema, a emissão é dividida em cinco categorias, tais como: resíduos, processos industriais, energia, agropecuária e mudanças de uso das terras e florestas. Esta última, que envolve tratamento de solo para uso agrícola, desmatamento e queima de resíduos florestais, aumentou em 18% e já contribui com quase 50% das emissões nacionais. É estarrecedor ler no relatório que só o território da Amazônia contribuiu em quase 80% das emissões presentes na categoria tratamento de solo para uso agrícola.

Ou seja, o desmatamento tem sido a principal fonte de emissão de gases de efeito estufa no Brasil, sendo que as taxas de desmatamento têm aumentado nos últimos quatro anos. Em todas as demais categorias houve aumentos, à exceção do setor de resíduos, uma vez que o gás metano gerado em aterros sanitários tem sido recuperado.

Segundo dados do Sistema de Alerta de Desmatamentos do Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), a média de desmatamento da floresta durante o segundo governo Dilma Rousseff foi da ordem de 1000 km². Entre 2014 e 2016, o índice aumentou para 2800 km². Após o golpe de 2016, mas ainda no governo Temer, o desmatamento foi da ordem de 3200 km². Já nos quatro anos do governo Bolsonaro, os índices aumentaram exponencialmente, sendo a média em torno de 7400 km². Somente no ano de 2022, o desmatamento na Amazônia atingiu a casa de 9000 km², uma área igual à 830 campos de futebol. Segundo o Instituto, para além do aumento expressivo no desmatamento, houve um acréscimo de 360% na degradação da floresta causado pelas queimadas e pela extração ilegal de madeira. A área afetada neste caso, saltou de 110 km² para 5200 km² no último ano (480 campos de futebol).

Esse aumento na degradação da floresta, assim como outras ações danosas ao meio ambiente brasileiro, só foi possível pela desregulamentação ocorrida durante o governo Bolsonaro. Não devemos esquecer a fala do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, na fatídica reunião ministerial de 22 de abril de 2020, na qual ele escancara o plano macabro: *"Então pra isso precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de covid, e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas. De IPHAN, de Ministério da Agricultura, de Ministério de Meio Ambiente, de Ministério disso, de Ministério daquilo. Agora é hora de unir esforços para dar de baciada a simplificação de regulatório que nós precisamos, em todos os aspectos..."*.

E foi exatamente isto que Salles fez. Desregulamentou o que podia em relação à estrutura governamental de regulação das questões envolvendo o meio ambiente. Alterou a composição do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), diminuindo drasticamente a quantidade de conselheiros, retirando as diversas representações da sociedade civil organizada e colocando maioria de conselheiros ligados aos órgãos de governo, obtendo maioria numérica para mudar o que quisesse. Um exemplo disto foi a mudança no licenciamento ambiental, com a inclusão do licenciamento por adesão e compromisso do empreendedor, na qual o próprio empreendedor

emite um relatório com as características do empreendimento, podendo a licença adquirida ser renovada automaticamente caso o empreendedor ateste de forma online o atendimento às normas ambientais. A análise e a vistoria dos empreendimentos são feitas por amostragem pelo órgão fiscalizador. Para além disso, esvaziou o poder de fiscalização e atuação do IBAMA e do ICMBio, reduzindo as equipes, efetuando trocas nos principais postos de chefia e coordenação e não abrindo concursos novos. A consequência dessa desregulamentação já foi exemplificada aqui, mas também inclui o garimpo, a pesca predatória, a extração de madeiras nobres da floresta e muitas outras atividades que degradam o meio ambiente brasileiro. Isto sem falar na facilidade que outras atividades ilegais tiveram durante este governo devido à falta de fiscalização, como desmatamento e garimpo ilegais, contando com a complacência governamental.

Temos saídas?

Já sabemos as causas. Conhecemos e temos sofrido os efeitos. A solução apontada passa pela adoção de economias inclusivas e verdes e pela drástica redução na emissão de gases estufa. O que falta, então, para que esta tendência macabra seja revertida?

O terceiro governo Lula tomou posse com um forte discurso de combate à degradação do meio ambiente. Boa parte do discurso de posse de Lula foi dedicado às questões ambientais, criticando o desmatamento e o garimpo ilegais e a ocupação agropecuária indevida. Lula aponta a seriedade do discurso quando chama Marina Silva para estar à frente do Ministério do Meio Ambiente. Na posse de Marina, ficou muito claro que o governo tratará a questão ambiental como um tema transversal, que terá sua importância e participação em todas as etapas dos projetos governamentais, contemplando desde o planejamento até a entrega.

O governo já se comprometeu com a luta pelo desmatamento zero na Amazônia até 2030 e pela proteção de todos os biomas brasileiros. Em sua participação na última COP-27 no Egito, Lula reafirmou todos os seus compromissos já apresentados e falou que somente conseguiremos reverter o quadro caótico de mudanças climáticas se os países ricos cumprirem seus acordos no que diz respeito às metas estabelecidas e ao repasse de recursos financeiros pactuados. Por tudo isso, são corretíssimos os movimentos de Lula ao focar ações no combate ao desmatamento, relacionando-o com outras questões que envolvem a justiça social, ao enfatizar a importância da criação de um novo sistema financeiro, assim como de uma nova governança climática internacional que coloque recursos financeiros junto aos países do Sul Global.

Paralelo a isso, o também recém empossado presidente da Colômbia também discursou na mesma linha de Lula e afirmou que seu governo será alicerçado em três pilares fundamentais: paz, justiça social e justiça climática. Durante toda a campanha eleitoral, e de forma oficial contida em seu programa de governo, Gustavo Petro comprometeu-se com a transição energética e a descarbonização da economia colombiana. A postura dos presidentes das duas nações mais populosas da América Latina indica um caminho possível: **a articulação de uma agenda política independente dos países do Norte Global para criar condições de impulsionar a integração soberana, solidária e sustentável dos povos, conectando a justiça e a ecologia.**

Lula sabe que a crise climática é produzida por estes países ricos que são os grandes poluidores, mas é sentida mais drasticamente pelos países pobres! Temos visto cada vez mais como as camadas mais pobres da população da América Latina - de trabalhadores pobres às camadas mais vulneráveis da sociedade - sofrem com inundações causadas por chuvas torrenciais, ou com secas prolongadas e demais efeitos do aquecimento global. Vemos isto todos os dias nos jornais de nosso país! Devemos nos atentar para o cenário atual na América latina, que ainda se caracteriza pelo desmonte da integração latino-americana, com o enfraquecimento do Mercosul e da União das Nações Sul-Americanas.

Temos desafios geopolíticos significativos, pois o continente latino-americano possui recursos naturais importantes e atualmente muito cobiçados globalmente. A falta de articulação e cooperação política nos países da região, devido ao avanço de governos de direita, dificulta a posição destes países frente às grandes nações mundiais devido à falta de regulamentações que garantam a sua soberania nesse processo.

Ao que parece, estão sendo criadas condições para o estabelecimento de um novo momento político na América Latina, com a ascensão ao poder de governos de esquerda ou centro-esquerda em países importantes da região e, com eles, os compromissos com a agenda ambiental. Tais agendas podem se tornar a amálgama inicial para sustentar a tão importante integração sul-americana para agir frente aos impactos do aquecimento global.

Portanto, é tarefa essencial retomar esse protagonismo, mas alicerçado na integração soberana, solidária e sustentável dos povos da América Latina, a partir da revitalização e aprimoramento dos organismos de integração regional focados na justiça climática e nos demais conceitos inerentes a ela. **A América Latina precisa construir uma agenda climática**

própria, articulando a proteção ao meio ambiente com projetos de inclusão e desenvolvimento socioeconômico sustentáveis!

É preciso combater a agenda internacional focada na política de compensações de emissão de carbono adotada desde o acordo de Paris, em 2015, tendo em vista que tais políticas não garantem a preocupação e o respeito aos direitos humanos e à inclusão social. Isso sem falar que tais políticas de mitigação de descarbonização das economias são fundadas nos conceitos e na realidade dos países do Norte Global e, por este motivo, são focadas na agenda da transição energética, que reproduz a lógica da concentração de recursos e de poder, além da precarização das relações de trabalho. Nesse sentido, precisamos atuar no sentido de refundar o conceito de transição energética. **Devemos ter em mente que qualquer agenda climática viável precisa se conjugar com a geração de emprego e renda para a população.**

A matriz energética brasileira é de baixo carbono; soma-se a isto o fato do Brasil ter um potencial inigualável em termos de geração de energia solar e eólica e precisa investir mais na exploração dessas formas sustentáveis para ser menos vulnerável às mudanças climáticas. Então, em nível local, quando falamos em mitigação, estamos falando de redução do desmatamento, tendo em vista que o Brasil pode reduzir em torno de 45% de todas as emissões de gases estufa se evitar as queimadas e o desmatamento da Amazônia. Por outro lado, quando falamos em queimadas e desmatamentos, estamos falando do setor agropecuário. O agronegócio foi o responsável pelos maiores índices de emissão de gases de efeito estufa da série histórica no Brasil. Lula também sabe disso, tendo em vista que em vários discursos seus ao longo da campanha eleitoral, falou muito em recuperação de solos degradados para comportar o setor agropecuário, sem a necessidade de derrubar uma árvore sequer!

Por outro lado, no nível dos órgãos de governo, faz-se necessária e urgente a reformulação de toda a política ambiental, retomando tudo aquilo que foi perdido nos últimos seis anos e avançando! É imperioso que tenhamos ações de restabelecimento do protagonismo das representações da sociedade civil no CONAMA, da capacidade integral de formulação, implementação de políticas públicas, bem como de fiscalização do IBAMA e do ICMBio. Não menos importante, se faz necessária a retomada do processo de elaboração dos Planos de Gestão e Logística Sustentável (PLS) no âmbito da Administração pública direta, autárquica, fundacional e nas empresas estatais dependentes, de acordo com a Instrução Normativa N° 10, de 12 de novembro de 2012. Esta importante norma criada durante o primeiro governo de Dilma Rousseff adota práticas de sustentabilidade em todos os órgãos de governo a partir de um

processo de planejamento que contém objetivos, metas, ações, prazos de execução e mecanismos de monitoração e avaliação. Alguns órgãos construíram o PLS e temos exemplos muito positivos para seguir. No entanto, os procedimentos não foram adotados por todos e precisamos retomar para fazer o dever de casa!

Ecosocialismo, uma saída necessária de longo prazo

Acima foi exposto uma série de informações que ajudam a caracterizar, minimamente, a trajetória histórica recente do debate ambiental. Para além disso, foi apresentado saídas de curto e médio prazo na perspectiva da classe trabalhadora, ainda que estas “saídas” tenham que ser construídas dentro de uma Frente Ampla em cujo interior reside os interesses do capital.

No entanto, é preciso enfrentar as contradições e limites sob pena de sentir o chão sob nossos pés desmoronar diante de uma situação praticamente irreversível de brutais mudanças climáticas. Nesse sentido, o campo RESSIGNIFICAR tem a clareza de que a questão ambiental só encontrará sua superação na medida em que negar o modelo societário do capital. É preciso ter a certeza de que, ainda que válidos, todos os acordos produzidos nas diversas conferências sobre a questão ambiental são paliativos e mitigações para produzir sobrevida à humanidade. As ações necessárias para a construção de um modelo societário sustentável devem ter uma perspectiva transitória, no sentido de transitar de um modelo cuja essência é a degradação do planeta para um modelo inverso. O horizonte estratégico desta transição, para o campo RESSIGNIFICAR, é o denominado ECOSSOCIALISMO.

Sem a pretensão de aprofundar esse debate neste espaço, achamos importante, contudo, registrar brevemente nossa perspectiva. Nesse sentido reproduzimos abaixo uma pequena, mas importante fala do sociólogo Michael Lowy (LOWY, Michael. *O que é o ecosocialismo?* Michael Lowy. – 2ª. Edição – São Paulo: Cortez, 2014): *Crescimento exponencial da poluição do ar nas grandes cidades, da água potável e do meio ambiente em geral; aquecimento do Planeta, começo da fusão das geleiras polares, multiplicação das catástrofes "naturais", todas estas mazelas e outras tantas são de responsabilidade da "corrida louca atrás do lucro, da lógica produtivista e mercantil, da civilização capitalista/industrial" que "nos leva a um desastre ecológico de proporções incalculáveis".*

A contribuição que Lowy nos traz para esse debate é de que a crise ambiental que vivenciamos hoje é produto do modelo societário do capital - do capitalismo - cujo centro dinâmico é a busca do lucro. Busca que, inexoravelmente, levará a humanidade ao

desaparecimento. O que nos leva a afirmar que uma crítica a partir da economia política, necessariamente, precisa incorporar a dimensão ecológica. O conceito de sustentabilidade, por exemplo, (vocábulo que virou moda, servindo para qualquer perspectiva, sobretudo a do capital como atesta a formulação “economia verde”) não pode ser empregado se não no contexto de uma transição do modelo capitalista para o modelo societário do socialismo.

A crítica a partir da esquerda, do campo socialista, deve apreender que natureza e humanidade formam uma unidade. Não existe um mundo natural externo ao mundo da humanidade. A natureza é humanizada na medida em que a humanidade é naturalizada. Uma dimensão é abarcada e abarca a outra. Ou seja, **nossa crítica formulada na questão ambiental, ecológica, deve ser uma crítica radical do modo de produção capitalista que abre a possibilidade real de superação da brutal degradação do ambiente pela luta ao socialismo, pois este modelo societário é ambientalmente sustentável, ou não é socialismo.**

3. SEM AUTONOMIA NÃO HÁ DEMOCRACIA NAS IFE

O movimento das servidoras e dos servidores técnico-administrativos em educação das instituições públicas de ensino, em especial os das universidades, desde a década de 1980, vem afirmando a importância da **Autonomia Universitária**. Após décadas do golpe civil-militar (1964-1985), parcela importante das trabalhadoras e dos trabalhadores das universidades, trouxeram o debate para o centro da política nacional. Este movimento teve forte liderança das entidades nacionais como FASUBRA, UNE e ANDES, e dos reitores das universidades do Rio de Janeiro (UFRJ), Minas Gerais (UFMG) e Brasília (UnB), quando junto à Ulisses Guimarães reforçaram a importância da autonomia universitária na Constituição Federal (CF), consagrada no artigo 207.

De lá para cá, vivemos diversas derrotas: a alcunha de “marajás” pregada por Collor (1990-1992); as limitações e perdas impostas nos governos FHC (1995-2002); e a perseguição avassaladora do governo Bolsonaro (2019-2022). Infelizmente, passamos os governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016) priorizando uma pauta economicista, sem tirar a importância de nossa autossustentação, mas simplesmente abandonamos a pauta política expressa no **Projeto Universidade Cidadã para os Trabalhadores**, aprovado em inúmeros fóruns dos TAE.

As Universidades continuam com a mesma regra jurídica imposta nos governos FHC, em que a autonomia foi ceifada, seja para escolha das dirigentes e dos dirigentes que possibilita que o mais votado não seja nomeado, seja para administração de pessoal que não permite que as instituições façam a plena gestão de pessoas, seja na administração financeira e orçamentária que engessa a destinação dos recursos em rubricas. Os últimos quatro anos foram expressivos de como essa tutela governamental pode ser destruidora do desenvolvimento científico, tecnológico, cultural, humano, artístico, sanitário etc. É necessário dar prioridade a este tema no próximo período para que nossas universidades e institutos federais, nossas instituições de ensino público, não sejam desmontadas por qualquer futuro aventureiro de plantão.

A roda já existe, não é preciso reinventar, mas aperfeiçoar!

Por mais que nós, brasileiras e brasileiros, gostemos de afirmar que somos primeiros em tudo, os maiores, fruto das nossas dimensões continentais, e porque não pela nossa “arrogância acadêmica”, é salutar que observemos como no mundo afora a autonomia universitária é tratada e legislada. Em muitos países a autonomia é uma realidade, de fato e de direito. No Brasil, o perfil das servidoras e servidores TAE e sua organização como categoria, possibilitou muitas conquistas nos espaços institucionais e na luta política universitária, assim como a forte organização estudantil, diferente dos muitos países que têm normas jurídicas para a garantia da autonomia.

Ao analisarmos essas normativas, percebemos a existência de docentes, pesquisadoras e pesquisadores e “demais funcionários e agentes”, e destaque ao corpo estudantil (discente). No Brasil, a CF, ao descrever a autonomia universitária, determinou **a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão**, o que culminou na carreira de Professor de Magistério do Ensino Superior de que as atividades de lecionar, pesquisar e ser extensionista estivessem englobadas no cargo docente. Da mesma forma como os TAE, devidamente descritos no seu respectivo plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação (PCCTAE), que atribui às atividades de apoio ao ensino, pesquisa e extensão a estas servidoras e servidores. De igual modo, os discentes têm na sua grade escolar atividades didáticas, de pesquisa e de extensão. **Este princípio precisa ser respeitado pelo conjunto da comunidade das IFE para o avanço das garantias do exercício da autonomia nas universidades e institutos federais brasileiros.**

Infelizmente, o preconceito com as servidoras e servidores TAE, predominante na categoria docente, vem impedindo o diálogo franco e sincero sobre a aplicação do princípio

constitucional na execução de seus fazeres na gestão das universidades e institutos federais. Esse preconceito já era sentido, vivenciado, e de grande incômodo, às servidoras e aos servidores TAE ingressantes no século XX, e ele fica mais agressivo com relação às novas e aos novos servidores, ingressos no século XXI, após o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). O nível de subalternização imposta à nossa categoria, que atualmente tem mais de 70% do quadro em atividade com nível superior, vem inviabilizando qualquer perspectiva de futuro a essas e a esses servidores.

Entendemos que este debate não pode ser tratado de forma individualizada, muitas vezes chegando aos bancos dos réus, através de processos de assédio, mas sim pelo debate da ausência de uma política sobre o papel da universidade e institutos públicos e do modelo de gestão. A visão predominante gerencialista, em busca de metas quantitativas e de processos mecanizados/automatizados, em que parcela importante das servidoras e dos servidores TAE qualificados são empurrados a tarefas e micro tarefas, precisa ser alterada. Para que uma universidade e instituto federal exerça de fato a autonomia preconizada na Constituição Federal é fundamental o **pleno exercício da democracia**. A existência de colegiados eleitos e estruturados, com pauta, deliberativos, que planejem e executem os projetos e os programas amplamente discutidos. A democracia tem que ser **participativa**, e não meramente representativa. Ou seja, esse modelo de votar se quiser, nem lembrar em quem votou, não ser chamado a participar, e só depois reclamar, ou nada fazer, só leva a falta de compromisso com a instituição, e ao fortalecimento de projetos individuais que destroem dia a dia nossas instituições.

Precisamos dar um basta a essa lógica, e o momento é agora!

Não podemos deixar passar os próximos quatro anos sem exigir medidas concretas para o alcance da autonomia universitária. Não precisamos inventar a roda, podemos muito bem analisar a realidade de outros países e buscar inspiração para mudanças na legislação vigente, muitas em forma de decretos, mas que precisamos que estejam expressas em lei para que nenhum outro genocida, inimigo da ciência, venha nos perseguir. Neste sentido, apresentamos a seguir algumas propostas, com base no regime jurídico das instituições de ensino superior portuguesa e no acúmulo do movimento dos TAE, que precisam ser urgentemente implementadas:

- Criação do **Conselho de Reitores das Universidades Públicas Brasileiras - e similares para os Institutos Federais** - como órgão de Estado, com a competência de

coordenação e representação global das universidades públicas, sem prejuízo da autonomia de cada uma delas. O Conselho definiria as diretrizes e orientações para a harmonia do sistema público de ensino superior;

- O **estatuto de cada universidade e instituto federal** deve conter as normas fundamentais de sua organização interna, os planos científico, pedagógico, financeiro e administrativos, assim como o regime das autonomias das respectivas unidades orgânicas, e serem homologados por prazo máximo de 60 dias, pelo Ministro da Educação, que só pode recusar, fundado na inobservância da Constituição ou das leis em vigor;

- A **autonomia financeira** que garanta que as universidades e institutos federais possam dispor de seu patrimônio de forma a gerir livremente as verbas anuais que lhes são atribuídas no orçamento da União, ter a capacidade de transferir verbas entre as diferentes rubricas e itens orçamentários;

- As IFE devem **ser ouvidas** na definição dos critérios de fixação das dotações orçamentárias, principalmente nos planos de investimento;

- Garantir que as **receitas próprias** sejam mantidas e investidas nas universidades e institutos federais e nas suas unidades orgânicas, sem contingenciamento;

- Possibilitar que as universidades e institutos federais possam elaborar, no curso de cada ano econômico, os **orçamentos suplementares** voltados ao reforço do orçamento ou mesmo alterar rubricas deste orçamento;

- **Reitor eleito é Reitor empossado!** Que o Reitor(a) e Vice-Reitor(a) eleito por meio de **eleição direta**, com voto secreto de docentes, TAEs e estudantes, garantindo a paridade direta das três categorias, e descrita em seus estatutos, e adotando o modelo de que o dirigente que sai comunica o resultado eleitoral ao Ministro da Educação que procede à nomeação do eleito, tanto a comunicação e a nomeação com prazos pré-definidos na lei. Assim como o Estatuto, só pode recusar a nomeação com base em vício de forma do processo eleitoral. A posse é junto à comunidade universitária. **Fim das listas tríplices;**

- Autonomia administrativa na gestão de pessoal: os servidores lotados nas universidades e institutos federais não se confundem com os demais servidores da administração direta, não só porque são **Entidades** da administração indireta, como as universidades e institutos federais têm **finalidades específicas**, determinadas pela CF e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional (LDB), em legislação própria de avaliação, como o Sistema Nacional Avaliação do Ensino Superior (SINAES) que apontam seus indicadores e diretrizes;

- **Fim da intervenção ministerial** na administração de pessoal, seja no cumprimento da sua jornada de trabalho, no modelo de execução de suas atribuições, no cronograma de capacitação de seu pessoal, no modelo de avaliação etc. Essas decisões devem ter diretrizes definidas pelo Conselho de Reitores e estabelecidas dentro de cada universidade e instituto federal em função das suas peculiaridades territoriais e Projeto de Desenvolvimento Institucional.

- Retomada de discussões sobre o Projeto Universidade Cidadã para os Trabalhadores buscando sua atualização diante das mudanças internas nas IFE e no mundo do trabalho

4. RELAÇÃO DA FASUBRA COM OS INSTITUTOS FEDERAIS

Os dois últimos séculos foram decisivos para o desenvolvimento do sistema político, social e econômico vigente no Brasil: o capitalismo. A desigualdade econômica, social, educacional e cultural é resultado de um processo de ditaduras e golpes da classe dominante com objetivo de manter seus privilégios. Estes mecanismos visam impedir avanços das lutas populares e da classe trabalhadora na busca dos direitos elementares à terra, à saúde, à educação e à cultura.

Com o avanço da industrialização no país, principalmente a partir da década de 1930, houve demanda por uma educação formal das trabalhadoras e dos trabalhadores para que pudessem operar máquinas e compreender instruções. Assim, os primeiros esforços estavam voltados para alfabetização e para oferta de cursos profissionalizantes tecnicistas, desenvolvidos para demandas específicas das indústrias. As escolas técnicas passaram a ser acessíveis a uma parcela maior da população, visando a operação de máquinas e sistemas, bem como a resolução de problemas cotidianos relacionados à prática laboral. Entretanto, a resolução de problemas mais complexos, de ordem estrutural, caberia aos “intelectuais urbanos” da classe burguesa, formados em instituições científicas e tecnológicas de base humanista.

Na ditadura militar, a Lei nº 5.692/1971 efetivou a primeira reforma do ensino médio (na época denominado 2º grau), estipulando que este passasse a ofertar obrigatoriamente uma habilitação profissional junto à formação geral das estudantes e dos estudantes. O objetivo era

formar profissionais para atender às necessidades do mercado de trabalho em expansão, principalmente devido ao avanço tecnológico e aos investimentos externos. A promulgação da Constituição de 88 foi um primeiro passo para a democratização do acesso à educação, definindo-a como direito de todos e dever do Estado. No entanto, apenas em 1996 foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que refletiu diversas contradições que ocorreram no seu processo de construção.

Uma consequência foi a possibilidade do governo regulamentar a educação profissional por decreto. Isto facilitou a vida para Fernando Henrique Cardoso e Paulo Renato de Souza, com a promulgação do Decreto nº 2.208/1997, que referendou a dualidade entre formação geral e específica, impedindo a promoção de oferta integrada do ensino básico e técnico no ensino médio. As reformas na educação profissional nos governos de FHC seguiram a cartilha do Banco Mundial e foram duramente criticadas pelos movimentos de setores progressistas e educadores. Ao longo dos anos seguintes, diversos movimentos sociais e sindicais debateram novas propostas para viabilização de uma educação para a classe trabalhadora, através da articulação entre cultura, conhecimento, tecnologia e trabalho como condição da cidadania e democracia efetivas.

Com a mudança de visão da educação profissional, técnica e tecnológica promovida pelo primeiro governo Lula, foi aprovado o Decreto nº 5.154/2004, incorporado à LDB pela Lei nº 11.741/2008, movimento que promulgou a **centralidade do trabalho como princípio educativo** e permitiu o desenvolvimento do modelo de educação profissional e tecnológica que embasou a Lei nº 11.892/2008, Lei de criação dos Institutos Federais. A partir dela, vimos a criação dos 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em todo o território nacional pelo então e atual Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Essas instituições foram concebidas como autarquias federais, dotadas de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar e vinculadas ao Ministério da Educação, junto à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC).

Os Institutos Federais são instituições pluricurriculares e multicampi, com foco nos arranjos produtivos locais e baseados num desenvolvimento que parte do micro para o macro. São especializados na oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) em todos os seus níveis e formas de articulação, como ensino médio integrado, cursos técnicos, cursos superiores de tecnologia, além de licenciaturas, bacharelados e pós-graduação *stricto sensu*. Possuem,

dentre seus princípios, o crescimento regional pela oferta de educação profissional técnica e tecnológica voltada às demandas da sociedade nos locais onde mais a sociedade precisa.

Os Institutos têm como obrigatoriedade legal garantir um mínimo de 50% de suas vagas para a oferta de cursos técnicos de nível médio, prioritariamente na forma integrada, o que exige que os/as técnico-administrativos em educação atuem tanto no ensino básico quanto no superior muitas vezes. As técnicas e os técnicos podem também atuar no desenvolvimento de projetos por meio de pesquisas aplicadas, ações de extensão e culturais junto à comunidade interna e externa.

Segundo dados da SETEC/MEC, entre os anos de 1909 e 2002 foram criadas 140 unidades da rede federal que congrega hoje os Institutos Federais. Ao passo que nos primeiros dois governos de Lula (2003 - 2010) foram criados 354 IF, sendo 214 novas unidades. A expansão da rede seguiu entre os anos de 2011 a 2014 - já nos governos Dilma Rousseff - com a criação de 562 unidades, sendo destas 208 novas. Em especial, a partir do segundo governo Lula, há uma expansão da rede federal para o interior dos Estados brasileiros, com o objetivo de diminuir as desigualdades sociais entre estes espaços e os grandes centros.

Tamanha expansão requer muito investimento de partida, mas, e principalmente, de continuidade, com a criação de novas vagas de servidoras e servidores e ampliação de infraestrutura. O orçamento total – incluindo custeio, capital e pessoal – da Rede Federal saltou de 2,2 bilhões de reais em 2003 para 9 bilhões de reais em 2013.

No ano de 2022 a lei de criação dos IF completou 10 anos. Chegamos a esta importante marca com um quadro relevante de ações. São 651 Campi; 80 mil servidores docentes e TAE; 11 mil cursos nas mais diferentes áreas do conhecimento e modalidades; mais de 1 milhão de matrículas em cursos alocados em 12 eixos tecnológicos; mais de 400 registros de depósito de patentes. Mas, apesar das conquistas, tivemos muito pouco a comemorar. Os sucessivos cortes no orçamento da Rede Federal fizeram com o que o orçamento previsto para o ano de 2021, por exemplo, chegasse ao patamar de menos de 2 bilhões, valor menor que o executado no início do primeiro governo Lula. O orçamento para custeio das instituições se mantém estagnado nesse mesmo período, o que tem dificultado sobremaneira a manutenção dos Institutos Federais devido ao aumento dos valores necessários ao custeio das instituições. Já o orçamento de capital despencou de 1,57 bilhões para míseros 363 milhões no mesmo período, inviabilizando qualquer tentativa de aquisição de equipamentos e outros materiais permanentes. E em 2022 os cortes não cessaram.

Com isso, os IF, assim como as universidades federais, tiveram suas atividades acadêmicas quase inviabilizadas pelos sucessivos ataques dos governos Temer e Bolsonaro, desde o golpe de 2016. Sob justificativa da crise econômica mundial, mas principalmente a partir do golpe, tivemos contínuos retrocessos nas conquistas dos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores através da aprovação de inúmeras reformas como a trabalhista, a previdenciária e a do ensino médio no Brasil. O sistema capitalista alimenta-se e renova-se a partir de suas crises, tirando cada vez mais o poder da sociedade e concentrando-o nos grandes grupos econômicos, detentores do capital financeiro e respaldados por um Estado ora omissivo ora opressor da classe trabalhadora, tanto no plano cultural quanto no jurídico. Aproveitando-se dessas crises, movimentos antidemocráticos e fundamentalistas vêm promovendo uma escalada violenta e preconceituosa contra mulheres, pessoas negras, povos indígenas, comunidade LGBTQIA+ e diversas outras minorias, que através de movimentos sociais legítimos vinham progressivamente conquistando direitos e voz.

A diferenciação entre uma formação de base científica e humanista para as filhas e os filhos da burguesia e uma formação técnica voltada às filhas e aos filhos da classe trabalhadora atravessa sucessivas gerações e é um projeto opressor da classe dominante, podendo ser exemplificada através de discursos como o do 3º ministro da Educação do (des)governo Bolsonaro, Milton Ribeiro, que ao defender o ensino profissionalizante no Brasil em 2021 afirmou que a universidade “*deveria ser para poucos nesse sentido de ser útil à sociedade*”.

A formação integral dos sujeitos deve considerar aspectos da ciência, da cultura e do trabalho de maneira integrada. Nesse contexto, a educação profissional deve preparar a estudante e o estudante não apenas para o exercício de uma atividade laboral específica, mas ampliar sua compreensão dos aspectos sociais e produtivos do seu meio, dando-lhe condições de refletir criticamente sobre sua realidade visando tanto a transformação social quanto a emancipação individual.

Contextualização dos TAE no âmbito dos Institutos Federais de Educação

Os Institutos Federais nasceram de uma diversidade de instituições. Em muitos casos, a criação de um Instituto Federal foi feita pela fusão de escolas técnicas vinculadas às universidades, CEFET e campi novos. Essa diversidade de constituição determinou algumas características que impactaram tanto na formação dos quadros de servidoras e servidores quanto na organização sindical dos Institutos. Os campi oriundos de escolas técnicas vinculadas e CEFET chegaram com quadros de servidoras e servidores relativamente grandes e com

bagagem institucional. Por outro lado, os campi novos foram criados do zero tanto em estrutura física quanto em relação ao quadro de pessoal, nitidamente insuficiente em quantitativos e com servidoras e servidores em sua maioria sem experiência no cotidiano institucional.

A alocação de vagas e cargos no âmbito dos Institutos Federais nasceu em um contexto distinto das universidades federais. Para atendimento aos objetivos da expansão dos Institutos Federais, notadamente no contexto do PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, Lei nº 12.513/2011), o governo federal criou 18.090 cargos efetivos de TAE (classes C, D e E) para serem destinados aos Institutos Federais, CEFETs e Colégio Pedro II a partir da promulgação da Lei nº 12.677/2012.

A Portaria MEC nº 713/2021, de forma unilateral e sem nenhum debate com os institutos federais, definiu parâmetros e normas para a criação e implementação do modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, no âmbito dos IF. O dimensionamento proposto pelo governo federal, em oposição ao defendido pelos movimentos sindicais e pela própria definição prevista no PCCTAE, prevê um quantitativo de acordo com a quantidade de campi, o tamanho do município no qual está implantado e a fase na qual os campi de encontram (implantação, expansão, pré-expansão, reitoria).

A grande maioria das unidades dos Institutos Federais encontra-se na tipologia “IF Campus 70/45”, que prevê um “enxoval” composto por 70 docentes e 45 técnicos administrativos (8 cargos de nível de classificação C, 22 do nível D e 15 do nível E). **Estes quantitativos ficam muito aquém das necessidades das instituições e as amarras existentes na legislação não permitem que sejam suplantadas sem que consigamos convencer o governo do contrário, tarefa fundamental para o próximo período.**

Para os cargos de TAE, há uma peculiaridade relevante. O PCCTAE possui inúmeros cargos e a Lei nº 12.677/2012, criou um determinado quantitativo para cada nível de classificação (C, D e E). Ocorre que a distribuição dos cargos dentro dos quantitativos de cada nível de classificação para os IF não foram fruto de um processo sério de dimensionamento da força de trabalho. Foram, sim, feitas mediante solicitação das Instituições, que por sua vez levaram em conta o planejamento e previsão de abertura de cursos em seus pedidos ao MEC. Diversos fatores contribuíram para compor essa situação, como mudanças de gestão, redistribuições e cargos extintos/vedados à abertura de concurso público e o provimento de vagas adicionais (conforme Decretos nº 9.262/2018 e Decreto nº 10.185/2019).

Como consequência deste cenário, há sérias carências de cargos que não podem ser preenchidos e a existências de muitas vagas em cargos cujo preenchimento não é prioridade para o contexto das instituições. Essa realidade desencadeia algumas situações que ocorrem de maneira geral na rede federal: criou-se um conjunto de cargos carimbados para os IF e outros para as universidades; existe uma sobrecarga de trabalho de trabalhadores ocupantes dos cargos nos quais há sérias carências; convivemos com o desvio de função, uma vez que estas carências não são resolvidas no âmbito dos IF; vivenciamos a dificuldade de implementação da flexibilização da jornada de trabalho a fim de permitir que as instituições funcionem ininterruptamente nos três turnos; penamos com a falta do atendimento às solicitações de afastamentos para qualificação, dentre outros.

Portanto, há a real necessidade de revisão dos quadros do pessoal técnico-administrativo em educação nos Institutos Federais, a partir de um processo concreto de dimensionamento de pessoal, bem como da negação da ideia de que há cargos específicos para os IF e outros para as universidades. Igualmente, é urgente que se busquem condições concretas de implementação integral dos preceitos do PCCTAE nas instituições da Rede Federal.

Com relação à ocupação de cargos nas estruturas dos institutos federais, a Lei de criação é bastante clara quando permite que os TAE possam ocupar cargos importantes. De acordo com o § 1º do Art. 11, os TAE que tenham escolaridade de nível superior podem ocupar cargos de pró-reitores, independente do cargo que ocupem na carreira PCCTAE. Este dispositivo reconhece a competência dos integrantes da nossa carreira na gestão dos IF. Por outro lado, o § 1º do Art. 13 prevê que somente podem se candidatar ao cargo de Diretores-Gerais os ocupantes de cargos do nível de classificação E do PCCTAE. Entendemos que essa limitação não tem sentido, uma vez que podemos assumir cargos hierarquicamente superiores ao cargo de Diretor-Geral sem a necessidade de ocuparmos cargos do nível E. Portanto, há a necessidade de rever tal dispositivo legal.

Sob o ponto de vista da organização sindical, verificamos que há instituições e até mesmo determinados campi dentro de um mesmo IF cujas trabalhadoras e trabalhadores são filiados à base do SINASEFE; outros/as, optaram por se filiar a sindicatos da base da FASUBRA. Sempre defendemos a liberdade de organização sindical das trabalhadoras e dos trabalhadores. Por este motivo, seguiremos defendendo que são as trabalhadoras e os trabalhadores que definem a qual estrutura devem se filiar, dentro dos limites estatutários de

cada sindicato. Além disso, entendemos que a relação entre a FASUBRA e o SINASEFE deve seguir sendo uma relação de respeito e de ações comuns, tendo em vista que o mais importante é a convivência fraterna e a organização das trabalhadoras e dos trabalhadores em educação.

Tendo em vista que existem trabalhadoras e trabalhadores dos Institutos Federais filiados aos sindicatos da base da Federação, defendemos que a FASUBRA, naquilo que lhe cabe e sem ultrapassar os limites de atuação do SINASEFE, lute pelas seguintes pautas:

- Regulamentação das horas para realização de projetos de ensino, pesquisa e extensão pelos TAE;
- Criação de critérios objetivos e impessoais para flexibilização da jornada de trabalho nos institutos federais, como única forma legalmente possível de funcionamento deles nos três turnos;
- Atendimento, por parte das instituições, ao modelo de dimensionamento de cargos e funções de acordo com o disposto na Lei 11.091/2005 e seus decretos regulamentadores;
- Recomposição do orçamento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com a criação de novas vagas de servidores, investimentos e ampliação de infraestrutura;
- Defesa e incentivo à ampliação das vagas de ensino médio integrado nos IF, contrapondo-se ao modelo liberal de educação profissional tecnicista;
- Garantir a autonomia das instituições, respeitando os processos eleitorais e decisões dos Conselhos quanto a abertura de novos campi, cursos e divisão dos IF;
- Alteração do § 1º do Art. 13 da Lei 11.982/2008, permitindo que os TAE que tenham escolaridade de nível superior possam se candidatar ao cargo de Diretor-Geral, independente do cargo que ocupem na carreira PCCTAE.

5. RELAÇÃO DA FASUBRA COM AS UNIVERSIDADES ESTADUAIS E MUNICIPAIS

O debate sobre a organização do setor das estaduais e municipais na base da FASUBRA continua sendo motivo de atenção por parte da federação. Nesse sentido, o Coletivo

Ressignificar a FASUBRA pela base reapresenta o debate em função de não haver avanços na luta das universidades estaduais e municipais.

A federação deixa a desejar no encaminhamento das lutas das universidades estaduais e municipais, setor tão importante da sua base. Não basta discutir o tema nas diversas teses apresentadas a cada CONFASUBRA. A FASUBRA deve se consolidar como a Federação que é, representando trabalhadoras e trabalhadores de sua base nos estados e municípios, discutindo e implementando, na prática, políticas específicas para o setor.

Mais uma vez, apesar de apresentado e aprovado o Planejamento pela Coordenação de Estaduais e Municipais, o trabalho ficou prejudicado, a direção da federação falha novamente, pela ausência de trabalho efetivo para sua execução.

Outra falha da federação é que o setor de entidades federais da FASUBRA hegemoniza todas as instâncias gerais (plenárias, direção e Congresso), tratando quase que exclusivamente de temas dos trabalhadores das universidades e institutos federais. O Estatuto prevê plenárias setoriais para assuntos de cada setor (Federais, Estaduais e Municipais), mas este dispositivo nunca foi cumprido.

A FASUBRA precisa aprender e praticar que a unificação das Instituições de Ensino Públicas, federais, estaduais e municipais, se dará a partir de um programa educacional. A unidade é em torno de uma visão educacional emancipatória, que exige uma disputa na sociedade. Essa unidade se dá no campo do projeto educacional e não em suposta identidade sindical, ainda que seja sustentada pelo campo sindical (a FASUBRA como unidade organizativa).

6. ATAQUES À CARREIRA – PCCTAE – 18 ANOS: QUE CARREIRA QUEREMOS AFINAL?

Os projetos de Carreira e de Universidade Cidadã para o(a)s Trabalhador(a)s da FASUBRA foram fruto de reflexão sobre o fazer da Educação Pública, como instrumentos de luta da categoria na construção de uma universidade organizada a partir da visão do trabalho a serviço da Sociedade. Assim, forjamos uma visão de carreira por atividade finalística no serviço público e construtora da identidade das e dos TAE.

Nossa carreira histórica contempla a progressão funcional – mudança de cargo – como forma de desenvolvimento. A partir da Constituição de 1988, que inviabilizou essa forma de desenvolvimento, passamos a trabalhar com o conceito de macro cargo único. Esse conceito contém em si todo o feixe de atividades técnico-administrativas em Educação necessárias à universidade em construção. O trabalho é entendido como um processo macro e coletivo. O macro cargo é integrado por especialidades, fazeres específicos de cada TAE, hierarquizadas em níveis de classificação segundo conceito não restrito somente ao critério da escolaridade. No projeto, os TAE, segundo a necessidade da IFE, poderiam desenvolver-se na carreira mudando de especialidade e de ambiente organizacional, mediante processo de seleção interna através de curso de formação.

Quanto à matriz salarial, apresenta linearidade na estrutura hierárquica – níveis de classificação distanciados no mesmo número de padrões um do outro, com igual número de níveis de capacitação e equidade de tratamento para todos os níveis de classificação nos incentivos à qualificação – igual número e percentual de valores. Dessa forma, **expressa valorização social do trabalho tendente a uma visão de sociedade igualitária, na qual todos os fazeres são imprescindíveis para a educação pública como função de Estado.**

O desenvolvimento na carreira é baseado na capacitação, na avaliação de desempenho – integradas e garantidoras do desenvolvimento institucional que as orienta – e na democratização das relações de trabalho. Nossa carreira reconhece o papel do/a TAE na construção da universidade, dos institutos federais públicos e de um Estado prestador prioritário de serviço nas áreas sociais. Nosso projeto de carreira constitui-se em instrumento estratégico de gestão para as Instituições Federais de Ensino.

Avanços e limites

O PCCTAE de 2005 foi o resultado da correlação de forças, com avanços do ponto de vista conceitual e salarial em relação à carreira que tínhamos, mas também com limites.

Enquadramos todos os TAE do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE) que optaram pelo Plano, fossem ativas e ativos ou aposentadas e aposentados, utilizando os mesmos critérios. Nosso PCCTAE avançou e transformou em lei a política de desenvolvimento do projeto de carreira da FASUBRA, mantendo uma concepção válida até hoje quanto à capacitação e avaliação, agregada à proposta de dimensionamento das necessidades de pessoal com caráter diagnóstico sobre o processo de trabalho. Com isso,

conquistamos muito espaço para a participação dos/as TAE no planejamento institucional, democratizando as relações de trabalho e incluindo as cidadãs e os cidadãos usuários na definição de rumos e avaliação das IFE.

Mantivemos o desenho linear da tabela e tratamos com equidade o incentivo à qualificação. Implantamos também as Comissões Nacional e Internas de Supervisão da Carreira para se constituírem em canal permanente de negociação, aperfeiçoamento e fiscalização da implementação do PCCTAE.

No entanto, no processo negocial, esbarramos em limites quanto a:

- Concepção de macro cargo único: foram mantidos os mesmos micros cargos do PUCRCE (1987), rehierarchicalizando-os;
- Ausência da ascensão funcional: mudança de cargo como desenvolvimento, por configurar provimento derivado, segundo a Constituição Federal;
- Valor de step e relação piso-step baixos: resultando em teto baixo e no vencimento básico complementar (VBC);
- Ausência do incentivo por mérito e permanência: concedido mediante avaliação, a quem, com condições de se aposentar, optava por permanecer trabalhando. O incentivo correspondia ao valor percentual do step a cada interstício igual ao da avaliação de desempenho;
- Processo de Racionalização não é pleno: a possibilidade de atualização dos cargos do PUCRCE, através da racionalização (aglutinação, criação, mudanças de requisitos, descrição e nível de classificação), esbarra no alegado provimento derivado, segundo a Constituição. Foi considerado que seria um outro cargo e só seria possível para exercício do(a)s TAE que viessem a ingressar na Carreira.

18 anos de PCCTAE – Alterações e limites na implementação

Passados 18 anos, nossa carreira sofreu várias alterações, por reivindicações da categoria e por posições do Governo. Foi quebrada a linearidade no desenho estrutural da tabela e a equidade de tratamento quanto ao incentivo à qualificação. No primeiro caso, houve o distanciamento em 11 padrões o Nível E dos demais níveis, e também o D em 1 padrão, o que ampliou o número de padrões salariais da matriz dos 39 originais para 49, bem como a diferença piso/teto. Já no segundo caso, em 2008 e 2012 o governo aprovou a demanda por percentual de

incentivos maiores, primeiramente para os cursos de pós-graduação e Nível E, logo após estendidos para todos os títulos/diplomas de educação formal, independentemente do nível de classificação, desde que fossem de nível maior do que o exigido como requisito do cargo ocupado.

Quanto ao step, por posição do Governo, deixou de constar no texto da Lei nº 11.091/2005 que o mesmo seja constante (linear) – abrindo a possibilidade de se ter valores percentuais diferentes ao longo da matriz. Se implementado, isso possibilita a diferença de tratamento/valores quanto: à repercussão salarial da progressão e aos aumentos salariais para faixas da matriz, favorecendo parte da categoria, em detrimento de outras. Da mesma forma, o interstício para Progressão por Mérito passou de 24 meses para 18 meses de exercício, o que proporciona a chegada ao topo da carreira antes da possibilidade de aposentadoria, colocando em questão reivindicações de ampliação de padrões da matriz, que já é extensa.

Tivemos também a "quebra" de tabela do PCCTAE com criação da tabela específica para médicos/as e veterinários/as - mesmo salário do PCCTAE (40h) para jornada semanal de 20h desses profissionais – o que dobra o valor de salário em relação aos outros cargos do Nível E. Agora, temos também de dar resposta ao Piso da área de Enfermagem, garantindo essa conquista para essa parcela da categoria.

Limites na implementação do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes da Carreira

O Plano de Desenvolvimento dos Integrantes da Carreira (PDIC) e seus Programas, inseridos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) das IFE, são os principais elementos que constituem o PCCTAE como instrumento de democratização da gestão das IFE, garantindo a participação dos/as TAE e também das usuárias e dos usuários no planejamento institucional. Implementado no cotidiano institucional, o PDIC tem potencial para: facilitar a **mudança de cultura** institucional; **democratizar as relações** de poder verticalizadas; constituir-se em espaços de **exercício e valorização do papel do/a TAE**; **qualificar** os TAE, os serviços e promover desenvolvimento institucional.

No entanto, **a realidade aponta que as gestões das IFE, em geral, não conseguiram dimensionar suas necessidades de pessoal** a partir das diretrizes previstas na Lei nº 11.091/2005 e no Decreto nº 5825/2006. Também os **processos de avaliação de desempenho** existentes, em sua maioria, não se constituíram a partir de planejamento coletivo de objetivos e

metas – incluindo os/as TAE e a cidadã e o cidadão usuário – e acabam avaliando competências genéricas a todos os cargos, de forma dissociada do PDI.

Já a **capacitação** foi o processo que mais se concretizou desde a implantação do PCCTAE, sendo em boa parte responsável pelo perfil dos/as TAE com maior qualificação do que a exigida para exercício dos cargos ocupados. Por outro lado, se observa que as gestões implementaram o **Decreto nº 9.991/2019** sobre desenvolvimento das servidoras e dos servidores públicos federais, em detrimento da autonomia e do previsto nos nossos Decretos nº 5825/2006 e nº 5824/2006 como planejamento da capacitação. Da mesma forma, as gestões obedecem, de forma subserviente, instruções normativas e portarias relativas ao dimensionamento, teletrabalho e movimentação, mesmo que se contraponham ao PCCTAE.

Quanto ao funcionamento da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira (CNSC), foram produzidas muitas regulamentações – como os Decretos nº 5824/2006 e nº 5825/2006 – descrição de cargos, debate da racionalização, proposta de Plano Nacional de Capacitação e afastamento para qualificação, dentre outras ações. No entanto, houve limite quanto ao trabalho sistemático mais frequente durante os Governos Lula e Dilma e total abandono no que se seguiu ao Golpe de 2016.

Em relação às Comissões Internas de Supervisão, muitas gestões das IFE apresentam dificuldade de compreensão do papel fiscalizador das Comissões Internas de Supervisão (CIS) e de prover a infraestrutura necessária para seu funcionamento. Também a CNSC e os sindicatos de base da FASUBRA tiveram dificuldades na comunicação, na relação e no trabalho mais integrado com as CIS, que, junto com os sindicatos, são o canal de fiscalização da implementação do PCCTAE e de contato direto com os/as TAE nas questões da carreira. **Essa ação conjunta tem de ser buscada para fortalecimento da organização da categoria em sua luta.**

Assim, em seus 18 anos, o PCCTAE enfrentou as mudanças no mundo do trabalho nas universidades e nos institutos federais, com cortes orçamentários e, por exemplo, com a ameaça do projeto Future-se. Enfrentou também as mudanças na legislação previdenciária, no perfil da trabalhadora e do trabalhador ingressante e do que se qualificou por conta da própria política de desenvolvimento do PCCTAE. Nossa carreira e sua gestão foram atacadas nos últimos períodos por decretos, instruções normativas e portarias que a ferem e, em alguns casos, ferem a própria autonomia universitária. Para nós, todas essas mudanças exigem respostas na direção de seu aperfeiçoamento e defesa.

Ataques pós-golpe de 2016

No período pós-golpe de 2016, o serviço público – em especial as universidades públicas e os institutos federais – sofreram ataques que se contrapõem e desconstroem a concepção de carreira, universidade e serviço público que defendemos. Dentre eles destacamos: a reforma da previdência, a proposta de reforma administrativa – a **EC 095/2018**, chamada de PEC da Morte – que proíbe aumento de gastos e repercute em todo o orçamento das IFE. Os ataques dirigiram-se também à autonomia universitária, garantida na Constituição Federal.

No último período, o governo centralizou a gestão financeira e administrativa no Ministério da Economia, assim como fortemente a gestão de pessoal, através de sistemas informatizados de controle e de medidas infralegais. A democracia universitária, ainda frágil pelo processo 70-15-15 de escolha de dirigentes e composição de colegiados, sofreu ainda mais com a indicação de interventores ou últimos indicados pela comunidade e conselhos superiores nas listas tríplexes. Temos que avançar! Alterando legislações, definindo a paridade de peso do voto no processo de eleição de reitores/reitoras e na composição dos conselhos superiores da IFE e das Unidades, bem como garantindo autonomia com democracia interna e aberta à sociedade.

Alteração da estrutura de cargos e quadro de pessoal

Especificamente quanto à nossa carreira, elencamos medidas que precisam ser modificadas e/ou revogadas, tais como:

- **EC 095/2018 – PEC da Morte:** proíbe o aumento de gastos e repercute em todo o orçamento das universidades públicas e institutos federais e na possibilidade de Concursos para ingresso;
- **Lei nº 13328/2016:** extingue os cargos de Auxiliar de Enfermagem que vierem a vagar, no âmbito das instituições federais de ensino;
- **Decreto nº 9262/2018:** extingue cerca de 33 cargos do PCCTAE, vagas de 2 cargos e proíbe concurso público para cerca de 58 cargos;
- **Decreto nº 9754/2019:** extingue os cargos de jardineiro vagos e que vierem a vagar;
- **Decreto nº 10185/2019:** extingue cerca de 58 cargos e veda concursos para cerca de 67 cargos (inclusos D e E).

Essas normas, somadas aos cargos já extintos pela Lei nº 9632/1998, mas que seguem integrando o PCCTAE nessa condição, **resultam em FAZERES entregues à terceirização e execução indireta na quase totalidade dos níveis de classificação A, B e C.** Além da diminuição de cargos e vagas por extinção, houve a proibição de concursos a ponto de termos, teoricamente, a possibilidade de fazer concurso público para cerca de apenas 80 cargos dos 321 que integram o PCCTAE. A recomposição do PCCTAE e da força de trabalho técnico-administrativo em educação é urgente.

Paralelo a isso, houve alterações significativas no tipo de vínculo das relações de trabalho em nossas instituições, conforme segue:

- **Decreto nº 9507/2018 e Portaria nº 443/2018 do MPOG:** ampliação dos Serviços que podem ser realizados por execução indireta. É necessária uma análise jurídica de suas consequências para as IFE, uma vez que trabalha com a possibilidade de execução indireta de atividades de cargos extintos parcialmente;

- **Decreto nº 9739/2019:** trata do fortalecimento institucional, da revisão de estrutura/estatutos/regimentos, do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal (SIORG) e normatiza CONCURSOS PÚBLICOS, na linha de manter o que é entendido como atividades fins e investir em possibilidades de terceirização e execução indireta. Apresenta, entre outros, como meios de promover o fortalecimento institucional em seu § 2º do Art. 2º a criação e a transformação de cargos e funções ou sua extinção, quando vagos; a criação, reorganização e extinção de órgãos e entidades; o remanejamento ou a redistribuição de cargos e funções públicas; a autorização para contratação de pessoal com a finalidade de atender à necessidade temporária de excepcional interesse público. Ao regulamentar a Autorização para o concurso público em seu Art. 6º, exige, entre outros, a descrição do processo de trabalho a ser desenvolvido e **o impacto dessa força de trabalho no desempenho das atividades finalísticas do órgão/entidade;** descrições e os resultados dos principais indicadores estratégicos do órgão/entidade e dos objetivos e das metas definidos para fins de avaliação de desempenho institucional nos últimos três anos; **adesão aos Sistemas** – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV), Sistema de Serviços Gerais (SISG), processo eletrônico administrativo/soluções informatizadas de contratações e gestão patrimonial e a participação na contratação de bens e serviços conduzidas pela Central de Compras/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/ME; **a quantidade de níveis hierárquicos e o quantitativo de profissionais por unidade**

administrativa em comparação com as orientações do órgão central do SIORG para elaboração de estruturas organizacionais; demonstração de que a solicitação ao órgão central do Sistema de Pessoal Civil (SIPEC) referente à movimentação para composição da força de trabalho de que trata o § 7º do art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, foi inviável ou inócua; e **demonstração de que os serviços que justificam a realização do concurso público não podem ser prestados por meio da execução indireta** de que trata o Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018.

A partir da política de terceirização, temos hoje trabalhadoras e trabalhadores de vários tipos de vínculos fora de nossa carreira, atuando em atividades permanentes e típicas da e do técnico-administrativo em educação. Houve uma fragilização dos tipos de vínculos visando atingir uma diminuição dos quadros estatutários e estáveis no serviço público. Essa política está presente também nas tentativas de criação de empresas como a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), e na proposta de projetos como o Future-se, que passaria a contar com trabalhadoras e trabalhadores vinculados às organizações sociais. A título de exemplo, identificamos os seguintes vínculos nas IFE:

- **Estatutários – Regime Jurídico Único (RJU, CF e Lei nº 8112/1990):** ingresso por concurso público que hoje é restrito quanto à possibilidade de cargos (quais e quantos) e quanto à autorização;

- **Celetistas – EBSERH:** onde temos contratos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) x quadro de pessoal estatutário (PCCTAE); **terceirizados:** em atividades não contempladas em cargos do PCCTAE ou próprias de cargos extintos ou em extinção (via licitação – Empresas); **com contratos temporários:** contratações emergenciais e/ou temporárias – Lei nº 8745/1993 – excepcional interesse público (**art 37,IX CF**), Lei Inovação Tecnológica (Lei nº 13243/2016, Decreto nº 9283/2018) e IN nº 01/2019 do ME);

Ainda encontramos em nossas IFE trabalhadoras e trabalhadores contratadas e contratados pelas Fundações para projetos, que se caracterizam, muitas vezes, como permanentes, bem como bolsistas – em sua maioria executando atividades típicas de cargos de técnico-administrativos em educação.

Capacitação – Lei nº 9991/2019

O Decreto-Lei nº 9.991/2019 dispõe sobre a política nacional de desenvolvimento de pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta

dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto às licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento, revogando o Decreto nº 5707/2006. É um instrumento de centralização/controlado pelo ex-Ministério da Economia (órgão Central do SIPEC) e de execução e supervisão pela Escola Nacional de Aprendizagem Pública (ENAP). Submete o Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do PCCTAE (PDIPCCTAE) – que faz parte dos PDI das IFE – à aprovação do governo federal, inclusive quanto ao seu conteúdo e não só quanto ao custo financeiro. Dessa forma, entendemos que fere autonomia universitária e a previsão legal (PCCTAE) que define a responsabilidade das IFE pelos PDIPCCTAE.

Este Decreto interfere na execução das linhas de desenvolvimento, repassando ações de capacitação transversais (entendidas como voltadas para todo o serviço público) e de gestão para a ENAP e instituições por ela autorizadas, contrapondo-se à concepção de desenvolvimento e de carreira por atividade finalística. Além disso, regra os afastamentos, introduz processo seletivo no caso de programas de pós-graduação *stricto sensu* e, para licenças capacitação, limita o percentual de servidoras e servidores por órgão ou entidade em no máximo 5% das servidoras e dos servidores em exercício.

Mudanças na Previdência (EC nº 103/2019) e consequências na estrutura do PCCTAE

Com as reformas da Previdência, a aposentadoria deixou de ser integral e de guardar paridade com o salário da servidora e do servidor quando em atividade. Para quem ingressou entre 2003 e 2013, é considerada a média dos salários recebidos e para quem ingressou após fevereiro de 2013, o teto é o mesmo do INSS, cerca de R\$7.000,00, não importando qual seu salário em atividade. Passou a ser exigido um mínimo de 25 anos de tempo de serviço/contribuição e idade de 62 anos para mulheres e 65 anos para homens, o que aumenta o tempo de atividade dentro da IFE e na carreira.

A servidora e o servidor chega ao topo da carreira e segue em exercício sem possibilidade de progressão ou retribuição financeira, já que não conseguimos incluir no PCCTAE o incentivo por mérito e permanência. Isso fragiliza a segurança da servidora e do servidor em relação à condição financeira, pressionando-os à adesão a planos privados de previdência e à aceitação de remuneração via gratificações em atividade, elementos que podem ser retirados a qualquer momento e que fragmentam a categoria quando não incluírem as aposentadas e os aposentados. **Precisamos construir uma solução para esse problema real de diferenciação na aposentadoria, que seja o mais seguro e unitário possível.**

A situação previdenciária atual, com mais de um tipo de aposentadoria previsto, tensiona mais ainda a lógica de construção da matriz salarial da carreira (16 padrões, de 2 em 2 anos, 30 anos de serviços), já alterada pela diminuição dos interstícios para progressão por mérito (de 24 para 18 meses). **O incentivo ao mérito e permanência poderia se constituir em paliativo para a questão ou teríamos de ampliar a tabela?**

Programa Gestão de Desempenho (PGD)/ Teletrabalho Decreto nº 11072/2022

O central no Decreto nº 11.072/2022 é o PGD. O seu objetivo é implantar uma gestão de controle centralizado e uma avaliação unitária, através do PGD, ao conjunto do funcionalismo público federal, e também economizar gastos com a modalidade de teletrabalho. O Decreto não traz conceitos, o que veio em recente instrução normativa que já foi revogada pelo governo Lula para reavaliação. O PGD é definido de forma verticalizada e, no máximo, prevê relação individual direta das chefias com as servidoras e os servidores. **Contraria o planejamento e a avaliação participativos previstos no PCCTAE e no SINAES. É um decreto se contrapondo a uma lei.** As reitoras e reitores têm o poder de autorizar a instituição do PGD, em ato discricionário, assim como o de suspendê-lo ou revogá-lo. Ainda, a critério das Reitorias, **o PGD pode ser instituído e tornado obrigatório para a modalidade de trabalho presencial.** Obriga, ainda, a inserção em sistema centralizado do governo federal de relatórios do planejamento de atividades e atingimento de metas em nível individual e institucional, o que afronta explicitamente a autonomia administrativa de que gozam as universidades públicas e os institutos federais.

Temos de ter clareza que o Teletrabalho não é para todas as atividades. Portanto, não é para todas as servidoras e os servidores. É opcional, podendo ser parcial ou integral, mas com a estrutura física e tecnológica custeada pela servidora e pelo servidor, que terá responsabilidade sobre sigilo de dados (Lei Geral de Proteção de Dados). Além disso, pode **exigir produção aumentada em relação ao trabalho presencial** e não poderá implicar aumento de despesa para a administração pública federal. Em relação à qualidade de vida, pode ter repercussões sérias na saúde das trabalhadoras e dos trabalhadores, dado o isolamento social, a interpenetração entre espaço público e privado, a possibilidade de aumento de assédio na relação das chefias com as servidoras e servidores, a invisibilidade do fazer para o outro, tendo ainda a consequência de fragilizar a organização sindical e o vínculo com a Instituição.

Por outro lado, com o grande nível de informatização de nossa sociedade tanto no trabalho como na vida privada, não há como se desconsiderar que o desenvolvimento

tecnológico traz possibilidade de ganhos para o desenvolvimento social e qualidade de vida para os trabalhadores. Mas devemos estar muito atentos a que fins serve e nas mãos de quem está o controle de seu uso. Ao considerar a implementação do teletrabalho, muitos trazem ao debate o que consideram vantagens do teletrabalho: evitar o deslocamento entre casa e trabalho e a perda desse tempo, evitar a insegurança de deslocamentos, a impressão de relativa liberdade na administração do tempo, mas que se baseia numa falta de limite entre tempo de trabalho e tempo de vida privada, a impressão de que é uma forma de redução ou flexibilização da jornada de trabalho. Essa visão está presente na categoria.

Levando em conta o acima apontado, defendemos que, existindo PGD nas IFE, esse deve ser completamente adequado ao previsto no SINAES e no PCCTAE e inserido no PDI Institucional. Quanto ao teletrabalho há de se debater com a categoria e garantir normatização que não fragilize o vínculo com a Instituição, a organização sindical e a saúde de trabalhadoras e trabalhadores, bem como não potencialize o ensino à distância de maneira irrestrita, precarizando a qualidade da educação pública. Não podemos esvaziar nossas Instituições! Não podemos perder o sentido de pertencimento a uma categoria historicamente unitária, combativa e solidária! O isolamento e individualização fazem parte do projeto de desconstrução do sentido de coletividade do sistema capitalista! Não podemos nos fragilizar e ceder a um sistema que respeita números e dados econômicos em detrimento dos seres humanos trabalhadoras e trabalhadores!

Elementos de um novo perfil de TAE

Devemos considerar também neste novo momento de debate da carreira o atual perfil da categoria, com a grande renovação ocorrida a partir dos anos 2000 pela política de retomada de concursos públicos nos governos Lula e Dilma. Os ingressos deram-se, em grande maioria, em cargos de nível D e E, mas alguns em C. Sem uma reversão da política de terceirização existente, estamos rumando para uma categoria majoritariamente desses dois Níveis de Classificação. Observa-se também um número crescente de servidoras e servidores com escolaridade maior do que a exigida para ingresso no cargo ocupado, dada à evolução da escolarização formal e ao incentivo à qualificação possibilitado pelo próprio PCCTAE e da política de democratização do acesso às universidades resultante do sistema de cotas, que permite a formação superior de oriundos das classes populares.

Não temos compilação de dados nacionais que indiquem o número de servidoras e servidores por cargo, mas pode-se supor que, dada a extinção de cargos ocorridas em 1998 e de

2016 para cá, concentradas nos Níveis de Classificação A, B e C, os cargos ocupados por servidoras e servidores estatutários sejam majoritariamente nos níveis de classificação D e E e em número bem menor do que os 321 que existem no PCCTAE. **Isso não quer dizer que as universidades públicas e os institutos federais não necessitem das atividades, mas indicam o incremento da terceirização e execução indireta de serviços e atividades permanentes.** As novas servidoras e os novos servidores, provavelmente mais jovens, em sua maioria, integram gerações com outras vivências em termos de educação, formação familiar, tipos de lazer, formas de comunicação e relacionamento, construção de subjetividade, acesso ao conhecimento, visão de mundo, e de como nele sobreviver. Precisamos mapear os dados de perfil nacional da categoria dos TAE – distribuição por cargos, escolaridade – incentivo à qualificação, capacitação, posicionamento na carreira, tempo de serviço, idade, expectativa quanto ao seu trabalho e carreira, e outros, para pensar em melhorias. **Favorecer a reflexão e o debate entre gerações distintas não é tarefa fácil, mas torna-se imprescindível para o desenvolvimento dos TAE e das IFE em seu papel de produzir conhecimento para atender as necessidades da sociedade.**

Visão do Ressignificar sobre a carreira dos TAE – O que fazer?

Daqui pra frente, embora com atraso, nosso movimento nos sindicatos e na FASUBRA, tem de ser de resgate de concepção para nós e para construirmos uma referência para o conjunto dos Servidores Públicos Federais (SPF). É necessário retomar junto à categoria, que conta com muitos e muitas TAE recém ingressantes, um trabalho de compreensão sobre o que é a carreira e a sua efetiva importância como instrumento de mudança cultural nas Instituições e de formação da trabalhadora e do trabalhador em Educação. Informar, formar, ouvir, compreender e construir coletivamente melhorias para nossa carreira, tanto no aspecto conceitual, quanto nos processos nela previstos, na democratização das IFE e na valorização de nosso trabalho, com reposição de perdas e aumentos salariais, ampliação da possibilidade de desenvolvimento e ocupação de espaços de trabalho correspondentes à qualificação incentivada pelo próprio Estado. Assim, para esse processo coletivo, propomos:

- **Manter a proposta de aperfeiçoar o PCCTAE**, de forma a garantir a manutenção e tratamento igual para todas e todos os TAE ativas e ativos, aposentadas e aposentados, e ocupantes de cargos extintos e em extinção, buscando diminuir a repercussão das reformas da previdência na situação de quem foi por elas atingido e não têm direito à paridade com salários dos TAE em atividade; neste sentido devemos trabalhar, com o cenário de **aumento do salário**

(reposição de perdas e aumento do piso), considerando a inflação do período posterior à nossa última parcela de acordo (2017) , **aumento de benefícios existentes**, equiparando-os a de outros servidores públicos, (como auxílio alimentação, auxílio creche e auxílio saúde);

- **Definir data-base** para reposição de perdas anuais (**urgente**)
- **Retomar a ascensão funcional; (médio prazo)**
- **Revogar toda a proibição de concurso (urgente);**
- **Recompor quadro de pessoal, atualizar cargos e resolver terceirização (médio prazo).** Buscar com a assessoria jurídica forma legal de atualizar cargos sem incorrer em provimento derivado, estudando a possibilidade de alterações de legislações e da própria CF.

Quanto à estrutura de cargos, a nossa tarefa em relação ao seu aperfeiçoamento, com análise jurídica de possibilidades, e garantido o amplo debate com a categoria, deve ser:

- Analisar quais fazeres/cargos do PCCTAE, caracterizados como atividades permanentes, são necessários para a universidade/instituto atuais, **identificando quais cargos resgatar da terceirização**, e quais cargos deveremos criar, se for o caso (**médio prazo**);
- Acesso a **dados de perfil da categoria em nível nacional e por IFE**, com distribuição quantitativa por cargos, padrão salarial, níveis de capacitação, incentivos à qualificação, formação, previsão de aposentadoria em relação à idade e tempo de serviço (**curto prazo**); elementos imprescindíveis para aperfeiçoamento do PCCTAE e cálculo de repercussão financeira de propostas que vermos a apresentar ao Governo
- Manter no anexo de cargos da carreira todos os cargos extintos e em extinção (como já consta no PCCTAE);
- Debater qual a **melhor opção entre manter os micro cargos ou trabalhar com macro cargos**, considerando cenários relativos à reivindicação da ascensão funcional, a possibilidade jurídica de mudança de especialidade, e tendo como condição a permanência de todos os aposentados e ativos no PCCTAE (**médio prazo**);
- Considerar a possibilidade de juntar níveis de classificação, por exemplo, A e B. Avaliar a possibilidade de mudar a descrição de cargos e níveis de classificação, sem incorrer em provimento derivado (**médio prazo**);

- Considerar a **inclusão no texto do PCCTAE dos cargos de direção, em nível de CD e FG**, apresentando critérios para definição de indicação/seleção e desenvolvimento e outras questões que se julgar pertinentes (**Prazo médio**);

- Incluir nas atribuições gerais dos cargos a possibilidade de TAE coordenar projetos de pesquisa e extensão (**curto prazo**).

Quanto à revisão da estrutura da carreira, achamos necessário desenvolver as seguintes propostas:

- **Reajuste Linear** para os SPF do Poder Executivo, considerando a inflação do período posterior à nossa última parcela de acordo (2017), (**urgente e prazo curto**);

- **Aumento de piso**, contemplando os salários de piso da área de enfermagem, como primeira posição em direção ao piso de três salários mínimos (**curto e médio prazos**); resolver **em curto prazo** o cumprimento de piso legal para cargos da área de enfermagem com complementação de piso, defendendo que contemple ativos e aposentados, podendo ser a título de antecipação de carreira.

- Manter em todas as alternativas de negociação o **enquadramento igual para ativas e ativos, aposentadas e aposentados**, bem como para ocupantes de cargos extintos e em extinção;

- Retomar o step constante no texto da lei 11.091/05 (**curto prazo**);

- **Ampliação dos níveis de capacitação**, com estudo que comece a **retomar a linearidade da carreira a ser debatido com a categoria (médio prazo)**;

- **Repensar número de níveis de classificação**, desde que garantido o enquadramento de todas e todos, considerando ser possível a ascensão funcional ou flexibilização do conceito de cargo (**médio prazo**);

- Acesso a dados quantitativos para cálculo de repercussão financeira (**curto prazo**);

- **Aumento de step**: estamos com 3,9% e nosso projeto trabalhava com 5%. Considerando-se o atual número de padrões (49) de nossa tabela, decorrente da quebra da linearidade, torna-se difícil de ser alcançado, ainda mais se considerarmos que aumentar esse número seja a saída frente à reforma da previdência que amplia o tempo de serviço na Instituição (**longo prazo**);

Quanto ao Desenvolvimento na carreira, consideramos importante debatermos as seguintes alternativas:

- **Contemplar ascensão funcional** por meio de emenda constitucional, com reserva de 30% das vagas para carreira, a serem acessadas via concurso público (**médio prazo**);
- Garantir, no texto da lei 11.091/05, a **execução de atividades que correspondam à qualificação incentivada** (educação formal) como obrigação da Instituição, de forma a justificar o referido incentivo, podendo ser, conforme o cargo, em percentual da carga horária total, que não caracterize desvio de função. (**curto prazo**);
- **Retomar o Incentivo por mérito e permanência (curto prazo)**;
- Garantir no texto da lei 11.091/05 a efetiva participação de TAE nas atividades de Pesquisa e Extensão, inclusive na coordenação de Projetos (**curto prazo**);
- Incluir a participação em Conselhos Superiores, Comissões e Grupos de Trabalho, Projetos Institucionais e outras como elementos a serem considerados na Progressão por Capacitação e/ou Progressão por mérito (**médio prazo**);
- Implementar e garantir, **em toda a modalidade de trabalho**, que a avaliação de desempenho seja a prevista no PCCTAE e decretos 5825/06 e 5824/06. Revogar PGD como proposto e aprovar norma própria de PGD para as IFE adequado ao PCCTAE e SINAES (**curto prazo**);
- Garantir que o Programa de Capacitação respeite a autonomia da IFE para coordenação do Programa, definição de conteúdos e execução. Rever o Decreto 9.991/19 em relação às IFE (**curto prazo**);
- Rever regras para **afastamento para qualificação** contidas no Decreto 9.991/19, como vinha sendo negociado no âmbito da CNSC, retomando também o debate sobre o Plano Nacional de Capacitação, no âmbito da Comissão (**curto prazo**);
- Implementar e garantir que o processo de **dimensionamento de pessoal** respeite a autonomia e o previsto na Lei 11.091/05 e seus decretos 5825 /06 e 5824/06.

Quanto à modalidade de teletrabalho

Em relação à implantação do teletrabalho nas IFE, considerando o que já apontamos anteriormente nessa tese, entendemos que, alicerçados na autonomia constitucional e natureza da atividade finalística das IFE, devemos debater e propor legislação específica para Universidades e Institutos Federais que garanta que:

- a construção e aprovação do Programa de Gestão, para todas as modalidades de trabalho, respeitem e integrem o PDI e o PDICPCCTAE e qualquer decisão de implantação, alteração ou suspensão do mesmo sejam esgotadas no âmbito da IFE, em seu órgão colegiado superior;
- o planejamento de atividades/metasp seja feito em nível dos grupos de trabalho de cada unidade/órgão a partir de seu Plano de Desenvolvimento, considerando as condições de trabalho;
- a avaliação de desempenho seja a prevista no PCCTAE e única para qualquer das modalidades- presencial, trabalho externo ou teletrabalho
- a definição de quantitativo de vagas para teletrabalho, se dê em nível de cada unidade/órgão em processo construído nos grupos de trabalho, a partir de parâmetros da IFE;
- o tipo de processo de seleção e desligamento seja definido com a participação dos TAES e seja padrão na IFE.
- o regime preferencial de teletrabalho seja o parcial, com definição de percentual máximo de horas por trabalhador e percentual máximo de trabalhadores por unidade/órgão, garantindo a presencialidade para planejamento coletivo, convivência na equipe e atendimento ao público.
- o regime de teletrabalho integral seja em caráter excepcional, segundo critérios e avaliação definidos nas IFE e em suas respectivas Unidades/órgãos; entre os critérios devem constar: pessoas com deficiência ou com problemas graves de saúde, ou que sejam pais ou responsáveis por dependentes na mesma condição; pessoas com mobilidade reduzida, nos termos da Lei nº 10.098/2000; gestantes e lactantes, durante o período de gestação e amamentação; e servidores com horário especial, nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 98 da Lei nº 8.112/90

- haja horário limite para demandas da chefia serem apresentadas, respeitando a jornada de trabalho diária e semanal;
- seja previsto auxílio financeiro/ material em forma aceita na IFE;
- a IFE se responsabilize pela capacitação para o teletrabalho, bem como apresente política de saúde e prevenção de assédio moral voltadas para essa modalidade

Para nós, do Resignificar, o debate sobre que carreira queremos, que modelo de serviço público e de Estado defendemos é o orientador da luta acima apontada que está na ordem do dia. Essa é a política em que devemos investir no período e para a qual estamos voltados: **formação política, diálogo efetivo com a base da categoria, debate e resgate da concepção de carreira, serviço público e Estado e ação unitária de enfrentamento e de construção de propostas.**

7. PELA VALORIZAÇÃO DO(A)S APOSENTADO(A)S E PENSIONISTAS

A aposentadoria no setor público, hoje cada vez mais distante em razão das reformas da previdência e de outras medidas administrativas, deixou de ser um momento tão aguardado de justo descanso para torna-se um momento de apreensão por parte das servidoras e dos servidores em razão das mudanças na idade e tempo de contribuição e principalmente pela dificuldade da maioria das carreiras no setor público obterem uma política salarial adequada que garanta a valorização remuneratória esperada para o final da carreira.

Apesar da Constituição Federal de 1988 estabelecer o direito a valorização salarial das carreiras, boa parte das servidoras e dos servidores adiam a aposentadoria por receio do congelamento salarial e mesmo de perda significativa de renda com o fim de benefícios, como auxílio alimentação e componentes salariais que são permitidos apenas aos ativos como gratificações e adicionais vinculados à desempenho, horas extras e bonificações inerentes à vida laboral ativa. Na prática, aposentar-se significa perder cerca de 30% dos valores recebidos na ativa, o que transforma a paridade em mero termo retórico.

Se por um lado as últimas reformas da previdência tornaram cada vez mais distante o sonho da aposentadoria com a elevação da idade e do tempo de contribuição em média 10 anos, pedágios que parecem uma corrida de obstáculos onde o aproximar-se da meta, desloca a meta para mais distante de onde estamos. Por outro lado, a inexistência de uma política salarial para

o serviço público que garanta uma remuneração digna e que mantenha o poder de compra, através de recomposição das perdas e ganho real, transformou as aposentadorias num cenário de redução de ganhos justamente quando os gastos da servidora e do servidor, especialmente com saúde e com alimentação tornam-se financeiramente maiores e mais intensos, imprevisíveis, em muitas situações.

Some-se a isso um ciclo de crises econômicas, cada vez mais intensas que inicia em 2008 mas que em 2012 começa a impactar o Brasil, servindo de base para os representantes da direita e extrema direita, usando a mídia tradicional, avançarem contra as políticas de transferência de renda e contra os direitos trabalhistas no Brasil. Com isso, instituíram um processo de desestabilização do governo democrático e popular que culminou no golpe jurídico-parlamentar de 2016, se consolidando no governo golpista do Temer e aprofundando seus efeitos no governo genocida de Bolsonaro. Este último, extinguiu milhões de postos de trabalho, gerando um exército de quase 40 milhões de desempregadas e desempregados, que perderam totalmente sua renda.

Em muitas famílias, e isso não é diferente naquelas em que vivem aposentadas e aposentados do serviço público, a renda da aposentadoria acaba sendo a única fonte de renda de toda a família e, não raro, de mais de um núcleo familiar.

Essa virada, de um país que beirava o pleno emprego em 2015 para o país das desalentadas e desalentados, que fazem filas para ter acesso a ossos e peles como alimento, transformou a maioria das aposentadas e dos aposentados em provedores da renda das famílias, parcial ou totalmente sendo estes a fonte para garantir o mínimo para as necessidades mais básicas.

Os aposentados e pensionistas, em grande maioria com benefícios defasados por ausência de uma política salarial de recomposição anual ou mesmo periódica, tornaram-se mantenedores de filhas e filhos, netas e netos e/ou de familiares próximos.

De 2016 até os dias atuais a classe trabalhadora vivenciou um profundo processo de perdas de direitos, que impactaram terrivelmente as trabalhadoras e os trabalhadores do setor público. Dentre os ataques mais nocivos a ativos, mas principalmente às aposentadas e aos aposentados, destacamos a Emenda do Teto de Gastos (EC 95/2016) e a Reforma da Previdência (EC 103/2019).

A Emenda do Teto de Gastos que congelou por 20 anos o gasto com pessoal impacta profundamente na luta pela recuperação dos salários dos ativos e por consequência nos proventos de aposentadoria e nas pensões, além de impedir a reposição da força de trabalho que movimentava o setor público. Com isso, abrem-se brechas para contratações de extraquadros e do retorno dos "Trenzinhos da Alegria", com nomeação sem concursos. A luta pela revogação da Emenda que limita o Teto dos Gastos é uma luta em defesa dos serviços públicos e de todas as categorias do setor público em todas as esferas. Nessa batalha, aposentadas, aposentados e pensionistas se unem aos seus pares na ativa para defender os direitos constitucionais de cada cidadã e cidadão a ter uma prestação de serviços públicos de qualidade, com trabalhadoras e trabalhadores do setor público valorizados.

O fim da paridade entre ativos aposentados, regulamentada em 2003 e consolidada em 2013 com a criação das fundações de previdência complementar do setor público, já faz quase 20 anos. Isso significa que caminhamos nos próximos anos para o surgimento de uma grande leva de aposentadas e aposentados pela média salarial e torna-se imperativo lutar para que as aposentadorias pela média salarial não sofram perdas salariais imensas como hoje propõe a EC 103/2019, aprovada pelo governo Bolsonaro. Assim como é urgente derrubar a mudança de critérios de instituição de pensões que reduz de 100% para valores de pensão em torno de 50%, além de outras perdas significativas.

A revogação da EC 103/2019 ou a busca de alternativas para redução dos seus impactos enquanto não a revogar é urgente e central. Essa luta não deve ser objeto apenas das aposentadas e dos aposentados e pensionistas, ela é de todas as trabalhadoras e trabalhadores do setor público e do setor privado. A FASUBRA deverá articular junto com as demais entidades representativas dos servidores públicos a luta pela revogação da Reforma da Previdência (EC 103/2019) do governo Bolsonaro e buscar avanços que possibilitem a busca do retorno da paridade salarial entre ativos e aposentados.

Ainda no (des)governo Bolsonaro, sob os auspícios do ultraliberalismo, uma boa parcela da categoria dos TAE em condição de aposentadoria viveu numa "corda bamba". Sem maiores explicações ou debates, foram decretadas mudanças na gestão, com o Decreto nº10.620/21, demarcando o início de um processo prejudicial ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

Esse decreto transfere a competência da concessão e a manutenção de aposentadorias e pensões de trabalhadoras e trabalhadores das autarquias e fundações públicas federais para o

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A duplicidade da gestão do regime próprio de previdência, não se trata apenas de uma questão administrativa, mas sim de mais uma tentativa de concretização dos planos neoliberais de unificar os regimes próprios de previdência e do regime geral de previdência. Como se isso não bastasse, a perversidade dos algozes do mercado saqueou, direto na fonte, parte dos salários das aposentadorias por doenças incapacitantes, alegando descontos indevidos a menor, descontados de uma só vez e em alguns casos de forma parcelada, dos aposentados e aposentadas nessa condição.

Um dos objetivos da mudança de gestão para o INSS perpassa pela facilidade de utilização dos dados pessoais por agentes financeiros, negociadores de créditos consignados, planos de saúde, planos de seguros, planos funerários, etc. O tal mercado, que historicamente almejava acabar com a previdência pública, que se fortaleceu no governo anterior, que contou com a plena concordância dos gestores, tenta agora colocar sua mão nada invisível no bolso de pessoas idosas com doenças crônicas.

Nessa lógica, os chamados de “inativos e inativas”, assim como os/as pensionistas, consideradas e considerados como uma despesa, deveriam ser paulatinamente eliminadas e eliminados das contas públicas e, naturalmente, substituídas e substituídos por previdência privada suplementar, mais uma vez favorecendo a especulação financeira dos fundos de pensões e de previdência privados.

Esse modelo injusto e predatório, só não é pior por encontrar resistência, pressão popular e capacidade de organização da categoria, principalmente das aposentadas e dos aposentados, que se mobilizam através dos Grupos de Trabalho (GT) e coordenações de aposentadorias nos sindicatos de base, assim como na Federação.

Em contraste à tal inatividade, as aposentadas e os aposentados e pensionistas da FASUBRA seguem demonstrando sua ativa capacidade de resistência e enfrentamento às tentativas de desvinculação do Regime próprio, assim como as ameaças de privatização. Ainda são recentes na história da categoria a Reforma Administrativa e a tentativa de capitalização da previdência, devendo ser ressaltado que essas propostas não foram adiante, por causa da nossa luta.

Capacidade e unidade de ação. Entretanto, isso não significa que o grande capital tenha renunciado à rapinagem, focada nas aposentadorias e pensões. Em que pese a mudança de governo, o mercado continua ávido e insaciável por lucros. E é nesse contexto, que a luta das

beneficiárias e dos beneficiários do regime próprio de previdência do serviço público se unifica com a luta dos demais segmentos que compõem a categoria de trabalhadoras e trabalhadores.

A luta pela valorização da carreira PCCTAE também está na ordem do dia. É preciso incluir no debate da reestruturação da nossa carreira uma análise detalhada sobre as alterações de estrutura de desenvolvimento e malha salarial que impacte da melhor forma possível nos três tipos de regimes de aposentadoria, visto que após o fim da paridade e integralidade, os servidores públicos convivem com três regimes diferentes de aposentadoria: Integral, pela média salarial e pelo Teto do Regime Geral. Se a reforma da previdência de 2003 instaurou a taxação dos aposentados e pensionistas, a Emenda do Teto de Gastos (EC 95/2016), pode reduzi-los através do aumento de taxação de seus proventos sempre que o poder executivo considerar que atingiu o limite de gastos públicos. Que soluções devemos trabalhar no debate de reestruturação da carreira para que os proventos de aposentadorias e pensões não sofram perdas maiores do que já sofreram ou mesmo avancem para soluções que mitiguem essas diferenças? Qual a melhor estrutura de desenvolvimento e quais ferramentas da política salarial podem valorizar de forma segura e isonômica?

Não podemos desconsiderar que a aposentadoria chega com a idade, que traz junto de si o aprofundamento de problemas de saúde e necessidades que não são garantidas pelo Estado brasileiro. O abandono na velhice, a falta de cuidados especializados e, muitas vezes, a responsabilidade com pais, ainda mais velhos, é uma realidade crescente nas aposentadas e nos aposentados de nossa categoria, que não podem ser desconsideradas pela Federação e pelos Sindicatos de Base.

A taxação dos benefícios de aposentadoria e pensão é uma punição aos que dedicaram toda uma vida laboral na prestação de serviços à sociedade. É uma bandeira de luta das mais relevantes para todos os servidores públicos. A luta pela aprovação da PEC 555/2003 tornou-se ainda mais importante nessa conjuntura de tantas perdas de direitos e de cenário econômico tão desfavorável. A PEC 555/2003 acaba com a **cobrança de contribuição previdenciária sobre os proventos das servidoras e dos servidores públicos aposentados e pensionistas**. Por meio da PEC, a contribuição das aposentadas e dos aposentados se extingue com a revogação do Art. 4º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, reforma da Previdência. É urgente e absolutamente necessário aprovar o fim da taxação dos proventos das aposentadorias e das pensões. Contribuímos durante o período na ativa para podermos garantir o direito à aposentadoria. Por que continuar pagando por isso?

As aposentadas, os aposentados e pensionistas, assim como os das demais categorias do setor público, não podem mais pagar a conta das políticas neoliberais fiscalistas dos governos. Essa conta não lhes pertence. Defendemos a imediata retomada da luta pela aprovação da PEC 555/2003, como central para a FASUBRA para todas as entidades sindicais do setor público, além da busca de avanços, nas mesas de negociação que vierem a ser formadas para o ressarcimento de gastos com saúde aos aposentados, considerando que estas são as despesas mais significativas de quem chega à aposentadoria.

Por todos esses aspectos apresentados, a FASUBRA deve fortalecer a organização das aposentadas e dos aposentados e pensionistas da categoria, estimulando a mobilização nos estados através de atividades de organização e luta em defesa da valorização das aposentadas e dos aposentados e pensionistas, e realizando atividades nacionais para organizar e encaminhar essas lutas.

Defendemos uma plataforma de lutas para aposentadas, aposentados e pensionistas da base da FASUBRA, que vise:

- Construir uma plataforma de lutas pela aposentadoria digna com todas as entidades representativas dos trabalhadores do setor público;
- Lutar pela aprovação imediata da PEC 555/2003, que põe fim à taxação das aposentadorias e pensões;
- Lutar pela revogação da EC 95/2016 – emenda do teto de gastos que promove o desmonte dos serviços públicos e coloca em risco os proventos da aposentadoria e pensões;
- Lutar pela revogação da EC 103/2019 – reforma da previdência do governo Bolsonaro;
- Buscar o ressarcimento dos valores comprovadamente gastos com saúde por aposentados e seus dependentes;
- Lutar por uma reestruturação do PCCTAE que valorize as aposentadas, os aposentados e pensionistas em seus diversos regimes;
- Promover ações de mobilização e luta em defesa dos aposentados e pensionistas, em conjunto com as demais categorias do setor público das três esferas, em todo país.

8. HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS

Para reiniciarmos esse debate devemos responder as seguintes questões: Hospitais Universitários; o que são? para que servem? a quem servem?

Considerando a necessidade de formação de profissionais da saúde com campo de aprendizagem, treinamento, vivências e experiências exigidas e fundamentais para a formação desses atuantes com a qualificação necessária, como entender o papel dos hospitais universitários? São espaços de ensino, pesquisa, extensão prioritariamente ou apenas prestadores de serviço dentro do Sistema Único de Saúde (SUS)?

Historicamente os HU tem cumprido um papel de campo de ensino, pesquisa e extensão e, por isso, estão vinculados às universidades e ao Ministério da Educação. Hospitais da rede SUS sob gerência dos governos federal, estaduais e municipais prestam serviço de atendimento à saúde da população e devem fazê-lo plenamente. É importante lembrar que nos hospitais universitários, incluídos na rede SUS, também são atendidos casos de atenção primária, secundária e terciária aliados às preceptorias dos diversos cursos da área da saúde, com estudantes vivenciando com seus professores as diversas experiências de atendimento com a visão formativa educacional, iniciação científica, pós graduação e pesquisa. Recentemente, com a criação da EBSEH, a realidade nas universidades se caracteriza por conflitos entre garantir campo de aprendizagem adequado ao ensino e formação e a visão gerencial de gestão hospitalar, sem levar em consideração as especificidades dos HU. Professores se ressentem da limitação de suas ações como formadores, estudantes se queixam de restrições a seu acesso a uma formação adequada, os TAE nesses espaços vivem os problemas do dia a dia da atuação profissional de forma semelhante, mas quando se retrata as condições de contratação, carreira, vencimentos existem diversas situações concomitantemente no interior dessas preciosas áreas do sistema educacional brasileiro. É bom lembrar que o MEC exige das instituições privadas de ensino na área da saúde a vinculação a hospitais para garantir a formação adequada para seu contingente do alunado. Que contradição; exigir de uns o que outros tem e que o mesmo MEC quer abrir mão de se responsabilizar!!

Atualmente, os Hospitais Universitários (HU), vivem uma crise profunda de financiamento e gestão. O financiamento dos HU já vinha sentindo o impacto do ajuste fiscal, empregado com maior ênfase desde outubro de 2014. São constantes as denúncias sobre a insuficiência do financiamento, não só para responder à missão assistencial dos hospitais, mas

também para garantir plenamente sua finalidade no ensino, pesquisa e extensão. Em relação a gestão, os HU amargam a dura realidade, amplamente denunciada pela FASUBRA e outros movimentos, que é a incapacidade da EBSEERH para solucionar qualquer problema apresentado.

Hoje a realidade é de vários regimes de trabalho em convivência no espaço dos HU (servidoras e servidores concursados pelo RJU, empregadas e empregados públicos, empregadas e empregados terceirizados e fundacionais). Esta diversidade de vínculos empregatícios, que se justifica pelo aumento das necessidades da população, além de não conseguir atender plenamente às demandas cada vez mais crescentes, traz as seguintes consequências imediatas: aprofunda as dificuldades de gestão; gera tensionamentos nas relações de trabalho e abre espaço para a prática de assédio moral às trabalhadoras e trabalhadores, sujeitos a uma política institucional antissindical patrocinada pela direção da EBSEERH e pelas superintendências locais, contando com a conivência e vistas grossas por parte das Reitorias.

É vital que ocorra, dentro dos HU, forte intervenção sindical, que passa por duas abordagens: a) luta implacável contra a tecnologia de gestão empresarial imposta pela EBSEERH, que deve ser denunciada como elemento nefasto à garantia do caráter público do SUS; b) implementação, pela Federação, juntamente com os sindicatos de base, de uma ampla política sindical que vise incorporar ao conjunto da categoria as trabalhadoras e os trabalhadores que ingressaram e ingressarão como empregadas e empregados públicos.

Neste sentido deve-se também superar o desafio sindical de organizar essas trabalhadoras e trabalhadores sob a perspectiva de carreira e defesa de direitos pela via sindical. A categoria deve disputar este novo conjunto de trabalhadoras e trabalhadores como pertencentes à área de educação. Cabe ressaltar que os hospitais continuarão a produzir ciência e tecnologia, portanto, permanecem sendo instituições de ensino. O Ministério da Educação é um dos responsáveis institucionais pela EBSEERH. Abrir mão da representação e da defesa destas trabalhadoras e trabalhadores significa fragmentar a categoria e enfraquecer a luta.

Em síntese, desde o golpe que resultou no impedimento da presidenta Dilma, as mudanças nos Hospitais Universitários passam por um processo multifacetado de deterioração, se distanciando cada vez mais do modelo de hospitais que historicamente defendemos. Como consequência do desprezo dos governos neoliberais e das frequentes tentativas de privatização, esse processo segue a tendência de sucateamento das universidades federais brasileiras.

Desse modo, o ensino, a pesquisa e a extensão ficam comprometidos. Ao mesmo tempo, prejudicam o acesso da maioria da população à ciência de qualidade e à produção de conhecimento com capacidade de responder aos desafios na área da saúde pública. Num país em que milhões vivem em situação de vulnerabilidade social pela pobreza, insegurança alimentar e falta de saneamento básico, assim como em condições precárias de habitação e trabalho, as narrativas de modernização e inovação, como o papel social das Universidades e dos HU, contrastam com a submissão da produção de conhecimento e com as *bigfarmacy*, restringindo sua atuação em suprir a carência do SUS.

Nesse cenário, com o agravamento de doenças e o retorno de outras que pareciam estar erradicadas, os Hospitais Universitários, em certa medida, converteram-se em serviços de alta complexidade, restringindo-se ao mero atendimento da população usuária do SUS. E assim, sofre ainda mais as mazelas de abandono e descaso do poder público.

Nessa lógica, ganha força a ideia de desligamento dos HU do âmbito da Educação, repassando as suas atribuições do MEC para o Ministério da Saúde. Isso significa a total descaracterização dos HU, convertidos em “postos de saúde” sem qualquer compromisso com o ensino, pesquisa e extensão. O que destrói qualquer possibilidade de o país buscar a soberania científica e tecnológica, o que arrasta consigo todas as áreas da saúde, cada vez mais sujeitas às leis do mercado (autorregulável, pela oferta e procura) e fortalecendo, assim, a primazia do mercado em detrimento do Estado e da política pública de saúde.

A pandemia da COVID-19 escancarou as fissuras da saúde pública sob os auspícios de um governo neoliberal, nessa ocasião o SUS e os Institutos de Pesquisa, mesmo sucateados, se apresentam como únicos recursos de toda a sociedade. Em que pese a valorização dos profissionais de saúde, o devido reconhecimento, principalmente pela mídia conservadora, não era vinculado à importância de investimentos públicos no SUS. Hospitais de campanha foram construídos, privilegiando hospitais privados que demonstraram a inabilidade e incapacidade de atendimento (vide o caso da PREVENT SENIOR de São Paulo).

Outro aspecto desse processo multifacetado de degradação, se refere às trabalhadoras e trabalhadores dos HU, cujas mudanças são mais drásticas ainda, o número de trabalhadoras e trabalhadores em educação (TAE), diminuiu significativamente. São sete anos sem concursos para repor, no mínimo, o contingente de aposentadorias, por outro lado, aumentam as contratações pelas empresas terceirizadas e pela EBSERH. Entretanto, essas contratações, não dão conta do aumento da demanda.

Na esfera sindical, é necessário ter atenção a dois fatores: o adoecimento das trabalhadoras e trabalhadores dos HU e as queixas de assédio moral. As condições de trabalho, assim como as relações de trabalho, na busca de superar seus limites no enfrentamento, é um dos maiores desafios no atendimento às vítimas da COVID-19 demonstra, atualmente, um certo esgotamento.

As sequelas são detectadas, não só fisicamente, pelas contaminações, como também na saúde mental das e dos TAE e demais trabalhadoras e trabalhadores dos HU. Cabe ressaltar que, durante a pandemia, foi fundamental a parceria da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ), que realizou a pesquisa sobre as Condições de Trabalho dos Profissionais de Saúde no Contexto da COVID-19. Os resultados apontaram para alterações significativas na vida de 95% das trabalhadoras e dos trabalhadores da saúde.

A pesquisa, realizada em todo o território nacional, destaca, ainda, que quase 50% dessas e desses profissionais relatam excesso de trabalho na crise mundial de saúde, jornadas maiores de 40 horas semanais, e um percentual (45%) com mais de um emprego para sobreviver. Esses dados compõem um importante conteúdo para os sindicatos e suas representações nos conselhos de saúde, na gestão de pessoas das Universidades Federais, bem como, nas negociações com o atual governo.

Em relação à diversidade de regimes de trabalho e diferentes filiações sindicais, a CUT pode ser a entidade que unifica as pautas na busca de unidade na ação, necessária para a luta contra o capital e seu caráter predatório, em especial, na área da saúde, onde a contradição capital X trabalho explicita, no concreto, a incapacidade do mercado em responder às reais necessidades da classe trabalhadora.

Portanto, o enfrentamento e a superação dessas condições, necessariamente passa por táticas e estratégias na luta contra a espoliação na saúde pública brasileira, ou seja, é uma luta contra o grande capital. É uma disputa que extrapola governos e reitorias. É uma luta que implica conquistas e manutenção de direitos da classe trabalhadora.

No nosso país, nos últimos anos, a saúde passou a ser tratada como mercadoria, submetida à concorrência dos planos de saúde privados e dependente de insumos, via importação. A destruição da seguridade social brasileira (saúde, previdência e assistência social) continua sendo o foco prioritário do grande capital internacional. Isto porque garante altos lucros no mercado financeiro, movimentando bilhões para garantir saúde e previdência

privada para um grupo privilegiado economicamente. Como consequência, a política pública é deixada a cargo de ações pontuais e focalizadas, contando com a caridade de igrejas ou Organizações não Governamentais (ONG), que se utilizam da comoção social com enorme amplitude garantida e amplificada pelas redes sociais digitais.

A recomposição dessas políticas, como verdadeiramente públicas, perpassa pela correlação de forças na política do país e da organização, capacidade de pressão e mobilização dos movimentos sociais, em especial dos sindicatos. Nesse sentido, apontamos as seguintes pautas para a Federação para o próximo período no que diz respeito aos hospitais universitários:

- Que a FASUBRA encomende uma pesquisa qualificada sobre a inserção da EBSEERH na gerência dos HU. Melhorou o ensino depois da EBSEERH? avançou a pesquisa depois da EBSEERH? A atuação de professores, estudantes e TAE nos HU melhorou depois da EBSEERH? Melhorou o atendimento à população depois da EBSEERH? As condições de trabalho melhoraram depois da EBSEERH? Que os resultados dessa pesquisa sejam amplamente divulgados na categoria para discussão e tomada de posições sobre essa realidade.
- Que a FASUBRA garanta uma ampla discussão na categoria, tomando como base o projeto “Universidade Cidadã para os Trabalhadores”, incluindo o papel que defendemos para os HU na nossa visão de universidade pública, gratuita, de qualidade, para devolver ao povo brasileiro o investimento feito na formação de profissionais e na manutenção dessas instituições;
- Que a FASUBRA realize estudos sobre as condições e relações de trabalho nos HU;
- Defesa da abertura, em caráter de urgência, de concurso público, via RJU;
- A FASUBRA deve orientar suas entidades de base a fazer campanha de filiação para todos e todas as trabalhadoras dos HU;
- Criação de um GT nacional sobre Assédio Moral nos HU;
- A FASUBRA deve orientar suas entidades de base a atuar ativamente nos Conselhos de Saúde;
- A FASUBRA deve realizar ampla campanha em defesa do SUS.

9. MULHERES (COMBATE ÀS OPRESSÕES)

Alívio temporário é o sentimento que temos sobre o fim do último governo. Temporário porque em nenhum lugar da Terra estamos livres do fascismo. A aliança ampla que recebeu o país com uma dívida de mais de duzentos bilhões tem um cobertor curto e muito que cobrir. Por isso, há que se definir prioridades. Nossa gente é nossa prioridade.

A violência institucionalizada e cotidiana é combatida com educação, com recursos do Estado, com a consolidação de redes de proteção para nossa gente, começando com os povos originários, nossa gente mais frágil. Um governo de ampla aliança precisa negociar com muitos atores, mas jamais perder o foco nas prioridades.

Reiteramos nossas reivindicações dos planos passados, nunca superadas ou completas em sua essência, tampouco em sua materialidade, seja na composição da Direção Nacional da FASUBRA, nas direções sindicais ou nos três poderes da República. Devemos assegurar a proteção e, indo além, o protagonismo de mulheres negras e indígenas, de mulheres de outras etnias, de pessoas LGBTQIA+, de pessoas negras, de pessoas com deficiência, que foram perseguidas incessantemente e continuam a sofrer com o rescaldo do desgoverno.

Sem retrocessos e sem ficção política. A mudança de trajetória no rumo perverso que o Brasil tomou recentemente ainda precisa de reafirmação do que é necessário e fundamental. As violências opressoras não se resumem aos espaços de poder de amplo espectro, como o Congresso Nacional, que permanece nas mãos do famoso centrão, ampliado para caber numa ampla aliança. As violências ocorrem em todos os lugares, onde houver oportunidade para se manifestar, mas não devem ser naturalizadas. É preciso enfrentá-las, na forma de práticas educativas, inclusive a da comunicação não violenta.

De maneira prática, entendemos que é necessário continuar o trabalho de questionar e debater amplamente os temas transversais em todos os ambientes da FASUBRA, tanto os institucionais quanto os informais. Mantemos nossa visão de que somos parte de um processo social que não apenas legitima, mas pode fazer existir a mudança cultural. Temos que empoderar educadoras e educadores para a diversidade e para a vivência antirracista, feminista e socialista da qual queremos ser testemunha e participante.

Mulheres na frente da tropa: feminismo na construção das lutas pelos direitos da classe trabalhadora.

Por que ainda é necessário evidenciar e reafirmar que as mulheres estão à frente da tropa e por que isso ainda é uma novidade? Para caracterizar essas mulheres à frente da tropa, é preciso lembrar que, dados do IBGE, demonstram que em 1950, cerca de 12% dos lares já eram chefiados por mulheres no Brasil. Em 2000, o número subiu para 26%. Depois para 35% em 2009 e, finalmente, chegamos à marca de 45% em 2018. Ou seja, só entre 2014 e 2019, quase 10 milhões de mulheres assumiram o posto de chefe de família, mulheres trabalhadoras que no ambiente doméstico seguem como a principal responsável pela organização das lutas pela sobrevivência, pela organização e provimento das necessidades da família. Após a pandemia esse percentual aumentou ainda mais. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome publicado em 19/6/22, em 81,6% dos lares que recebem o auxílio emergencial, a mulher é a responsável familiar. Dados

Porém, isso não significa que elas deixaram de acumular tarefas domésticas além de trabalhar fora. São consideradas chefes de família as mulheres que são principais responsáveis pelo sustento da casa e dos filhos. Porém, essa dinâmica pode ou não incluir um marido ou companheiro. Segundo pesquisa do IBGE divulgada em 2021, em apenas 34% das famílias chefiadas por mulheres há um cônjuge. Pesquisas mostram que, geralmente, mesmo sendo responsáveis pelo sustento de suas famílias, as mulheres brasileiras ganham cerca de 27% a menos do que os homens. A luta feminista é estruturante para a promoção da igualdade de oportunidades.

É preciso que tenhamos uma compreensão comum de que a nossa sociedade se sustenta numa divisão do trabalho que separa produção e a reprodução da vida, e esta divisão tem um caráter sexista, ou seja, ela se dá dividindo entre homens e mulheres e hierarquizando. Enquanto o trabalho de produção é visto como algo masculino (e isso está relacionado ao papel de provedor), as mulheres são vistas como responsáveis naturais dos trabalhos domésticos e de cuidados.

Dessa maneira, dentro do capitalismo, estaria estabelecida aos homens a esfera pública; e às mulheres, a esfera privada, em que tudo que nela ocorre, como a reprodução e as tarefas do cuidado, não é politicamente relevante e, conseqüentemente, invisibilizado. O problema de “*quem toma conta das crianças, dos doentes, das pessoas com deficiência e dos idosos*” foi resolvido, historicamente, beneficiando os homens em detrimento das mulheres e prejudicando

a atuação destas nos espaços público, político e econômico. É importante ressaltar que, mesmo entre as mulheres, isso não se dá de forma igualitária. A inserção das mulheres brancas e de classes média e alta no mercado de trabalho muda um pouco esta dinâmica. As mulheres não deixam de ser responsáveis pelo cuidado, contudo existe uma terceirização desta tarefa, geralmente a outras mulheres negras e de classes baixas. Portanto, o desigual acesso ao cuidado e a posição de quem o estabelece, compõe desigualdades não só de gênero, mas também de raça e classe, ampliando as desigualdades existentes.

O feminismo traz a questão do cuidado e da sustentabilidade da vida humana como ponto central para o entendimento dos limites da democracia e da organização social, política e econômica. O conflito mais profundo do sistema social e econômico seria a tensão existente entre objetivos contraditórios da obtenção de lucros e do cuidado da vida humana. Esse conflito tem origem na realização dos processos de reprodução e de cuidado, aqui entendidos como a sustentabilidade da vida humana, que permanecem fora do âmbito da produção capitalista.

Um exemplo disso é a crise da COVID-19. No Brasil, o coronavírus chega em contexto de aumento da pobreza, de retirada dos direitos, de violência institucional e de fragilização democrática. Não é um acaso que no auge da crise, momento das decisões que determinarão nosso futuro próximo, tenhamos voltado a uma discussão sobre o que priorizar: a economia ou a vida. Aumentou o número de violência doméstica nesse período e, conseqüentemente, o feminicídio.

Entre as diversas formas de executar as tarefas de cuidado, destacamos inicialmente as profissões de enfermeiras, auxiliares e técnicas de enfermagem. No Brasil, 85% desses cargos são ocupados por mulheres, essas profissionais estão na linha de frente do combate ao coronavírus e encontram um ambiente de trabalho insalubre, com déficits de equipamentos de proteção individual (EPI), luvas, máscaras, etc. De acordo com o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), o Brasil é o país com o maior número de enfermeiras e enfermeiros mortos por COVID-19 e representa 40% do número de infectados da classe em todo o mundo.

Além disso, o Brasil possui aproximadamente 6 milhões de trabalhadoras domésticas. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), 60% dessas mulheres são negras e menos de 40% das profissionais trabalham com carteira assinada. Cabe pontuar dois casos emblemáticos em relação ao trabalho doméstico no Brasil em contexto de pandemia, que explicitam as desigualdades de gênero, raça e classe na terceirização do serviço doméstico no contexto pandêmico:

(1) A primeira mulher vítima fatal da COVID-19 no país foi uma trabalhadora doméstica, de 63 anos, infectada por sua empregadora, no dia 17/03/2020. A empregadora havia retornado de viagem ao país epicentro da pandemia no momento, deveria ter seguido as orientações de isolamento e conviveu com a trabalhadora neste período;

(2) No dia 02/06/2020, uma criança de 5 anos faleceu, ao cair de um prédio na cidade de Recife, após ser deixada sob os cuidados da empregadora da mãe, que passeava com o cachorro da família. As escolas da rede pública estavam com as aulas suspensas e a mãe precisava levar o filho para a casa dos empregadores, por estar privada do acesso à renda, caso fosse seguir as orientações das instituições de saúde em contexto de pandemia.

A partir da compreensão de que existe um conflito do capital contra a vida, os movimentos feministas, de mulheres e sociais em geral têm o desafio de confrontar a crescente pauperização das condições da vida humana e não humana causada pela destruição das naturezas, territórios e populações que tem gerado o avanço do projeto neoliberal imposto em todo o mundo, principalmente nos países periféricos, como o Brasil. Apesar de todo esse contexto social que nos empurra para dentro de casa, as mulheres têm contrariado as expectativas e tomado as ruas se colocando à frente da tropa.

Fazendo um breve apanhado da experiência brasileira, é importante observar que o ascenso do fascismo após as eleições de 2018 não foi um fato casual, foi parte de um processo que se configurou desde o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Desde aquele momento, este projeto neoliberal mostrou seu caráter misógino, racista, fascista e antidemocrático e sua incompatibilidade com os grandes avanços no reconhecimento de direitos que o país tinha conquistado durante os governos progressistas.

Por isso, desde 2016 começou-se a fazer uso da militarização, do desmonte do Estado de Direito, da privatização das empresas públicas e de outras táticas para ampliar a margem de exploração do grande capital corporativista e transnacional no Brasil sobre os bens comuns e a força de trabalho, o qual tem exacerbado as já desiguais condições de vida da população pobre, que é majoritariamente negra, e nela especialmente a das mulheres. Não podemos deixar de comentar o ataque aos sindicatos e centrais que defendem os trabalhadores. Houve um processo de desmonte pelo Estado com o objetivo claro de enfraquecê-los e desmobilizar a categoria. Com a Reforma Trabalhista aprovada no governo golpista do Temer e ratificada pelos ministros do STF votando a contribuição sindical obrigatória.

O assassinato das lideranças como Marielle Franco, o genocídio contra as populações negras e os povos indígenas e tradicionais, a perseguição e criminalização do movimento social, o assassinato das pessoas dos setores LGBTQIA+, entre outras ações, têm se somado também a este projeto fascista para semear o terror e desmobilizar as ações de defesa e resistência nos territórios. Isto, acompanhado da utilização de redes sociais para a difusão, já antiga, de valores conservadores que instalam e reproduzem uma série de comportamentos e discursos que legitimam o medo e o controle sobre os corpos das mulheres, os das populações negras e de quem mora nas favelas, sem mencionar aquele que é exercido sobre os territórios rurais e seus bens naturais.

Embora este processo não tenha acontecido sem resistência, razão pela qual as lutas contra o imperialismo, contra a precarização da vida e de luta e pela emancipação dos povos continuam vigentes. No Brasil as mulheres têm sido protagonistas da recusa deste novo projeto do capital, e têm mostrado a capacidade das lutas feministas para articular as reivindicações dos diferentes setores do campo popular num discurso contra hegemônico que coloca no centro a vida, o cuidado e a solidariedade como focos da ação.

As Lutas Sindicais e do Movimento de Mulheres no Período Pandêmico

Não há como falar da luta do movimento sindical durante a pandemia sem começar pontuando nossa principal frente de batalha nesse momento: a luta contra a reforma administrativa e o desmonte do serviço público. A partir da ideia de empresariamento do Estado, que pensa o que é público como atrasado e desnecessário, a PEC 32/2020 vem disfarçada por um discurso de dar mais eficiência ao Estado, mas na verdade consiste numa ferramenta para reduzir custos do trabalho, retirar direitos e aumentar ainda mais a exploração de trabalhadoras e trabalhadores do setor público, que é majoritariamente feminino. Ela promove um desmonte de serviços públicos de saúde, educação, assistência social, previdência, acesso à justiça, retirando direitos não apenas das mulheres, principais beneficiárias dessas políticas públicas, como de toda a população.

Assim, propomos:

- Fomento, prioridade e visibilidade aos projetos e eventos das Coordenações da Mulher Trabalhadora, LGBTQIA+ e Raça e Etnia;
- Autonomia para as coordenações da Mulher Trabalhadora, Raça e Etnia e LGBTQIA+ da FASUBRA para executar seus planejamentos, por meio da destinação de orçamento próprio

para cada coordenação mediante a apresentação de plano de trabalho aprovado pela Direção Nacional;

- Retomada de eventos nacionais e início de eventos regionais para debater, construir e promover a pauta de combate a opressões da FASUBRA;

- Continuidade das campanhas publicitárias nas mídias da FASUBRA, procurando repercutir na rede de mídias das entidades filiadas, com vistas em fomentar debate e propagandear a cultura feminista, antirracista e de combate à discriminação de gênero, de sexualidade e de socioafetividade na categoria;

- Construção e realização de cursos de formação para dirigentes responsáveis pelas políticas de combate às opressões nos sindicatos filiados à FASUBRA;

- Estabelecer no XXIV CONFASUBRA a paridade de gênero para a direção eleita da Federação nesse mesmo Congresso, através de aprovação de alteração estatutária que trata sobre o tema;

- Orientar os sindicatos filiados que fortaleçam a participação das mulheres nas lutas e nos espaços de decisão da entidade, construindo as condições para que essa maior participação ocorra, garantindo sempre que necessário infraestrutura de apoio para que as mulheres com filhos pequenos possam participar das atividades;

- Orientar os sindicatos filiados que estabeleçam a paridade de gênero em suas direções e espaços de decisão;

- Realizar campanha de combate ao assédio moral e sexual contra mulheres no meio sindical; sejam trabalhadoras dos sindicatos, sejam militantes e dirigentes, através de forte processo de formação e conscientização, bem como estabelecer espaços de ouvidoria para recepcionar denúncias e comissões de combate à violência de gênero para estabelecer apuração e punição para os casos comprovados;

- Promover ações de educação e conscientização das servidoras do judiciário, propondo políticas de valorização da mulher, prevenindo ocorrências de assédio, violência ou discriminação e incentivando a participação feminina no ambiente institucional e sindical;

- Que a FASUBRA estabeleça relações com o conjunto dos movimentos de mulheres, ampliando o leque de atividades nas áreas de apoio estratégico, formação, participação de

atividades conjuntas ligadas à pauta das mulheres de caráter geral, que visem a transformação social e a superação de condições de exclusão e de risco social, bem como o fomento de condições de empoderamento para promoção de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, independente de cor, raça, origem, credo, idade, deficiência, gênero ou orientação sexual;

- Realização de atividades periódicas de formação para mulheres, em caráter híbrido ou on-line, sobre temas relevantes à luta feminista;
- Que a FASUBRA se integre à organização anual do 8M e oriente os sindicatos a fazer o mesmo nos estados;
- Que a FASUBRA se integre e mobilize os sindicatos filiados a participarem da Marcha das Margaridas e da Marcha das Mulheres Negras, bem como outras manifestações nacionais de auto-organização em defesa das mulheres;
- Que a FASUBRA se integre aos 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, realizando atividades, produzindo conteúdo formativo e informativo para as suas redes sociais, com mobilização educativa e de massa de luta pela erradicação desse tipo de violência e pela garantia dos Direitos Humanos das mulheres. Com início em 20 de novembro (Dia da Consciência Negra) e término em 10 de dezembro (Dia dos Direitos Humanos);
- Que a FASUBRA realize parcerias e estreite os laços com entidades que atuam na defesa dos direitos das mulheres trabalhadoras;
- Que a FASUBRA realize atividades formativas e culturais, tais como debates, entrevistas, exposições, em formato virtual e/ou presencial, apresentando mulheres negras que, com sua arte, militância, e produção política, acadêmica, cultural e de pesquisa, mudaram o mundo;
- A FASUBRA deve realizar anualmente o Encontro da Mulher Trabalhadora.

10. COMBATE AO RACISMO

A luta contra o racismo só ganha corpo se confessarmos a nós mesmos que ele existe; que somos esse país cuja sociedade carrega profundas marcas do seu modelo escravista, que ainda hoje arrasta suas correntes por ruas e vielas das nossas cidades, lembrando os navios

negreiros e os gritos das negras e negros torturados e cuja abolição teima em não se materializar. A aguardada e sonhada cidadania pós abolição não aconteceu e, até hoje, alcançá-la tem sido uma luta constante nessa sociedade em que a desigualdade racial é arraigada e as tentativas de apagar a barbárie contra os escravizados são permanentes, quer pelo apagamento da memória individual ou coletiva, quer pela eliminação de documentos e registros, quer pela disseminação do mito da democracia racial. Não somos essa democracia racial. Continuamos violentando, das mais variadas formas, os corpos negros. Continuamos erguendo casas grandes e senzalas.

Não somos uma democracia racial. O discurso do mito da democracia racial “*é um instrumento de cunho ideológico construído por representantes intelectuais da camada social elitizada que buscam convencer a população de que brancos e não brancos são iguais*”, nos diz Carlos Hasenbalg, sociólogo argentino e um dos grandes nomes das ciências sociais brasileiras contemporâneas, responsável pela consolidação dos estudos sociológicos sobre racismo, desigualdades raciais e política racial no Brasil moderno. A tentativa de convencer a raça negra de não realizar um levante contrário ao sistema de privilégio aos brancos, tem por finalidade evitar o agregamento coletivo e a desmobilização de ações políticas que tenham condições de barrar o avanço da luta antirracista. Isso ocorre porque, segundo Hasenbalg, “*a eficácia da ideologia racial dominante manifesta-se na ausência de conflito racial aberto e na desmobilização política dos negros, fazendo com que os componentes racistas do sistema permaneçam incontestados, sem necessidade de recorrer a um alto grau de coerção*”.

Apesar do discurso que tenta negar ou amenizar a presença do preconceito e da discriminação racial no país, não é difícil ver manifestações de racismo no dia a dia da vida social brasileira. Ora ele é escancarado, como nos massacres frequentes, ora é silencioso, como no olhar policial que põe constantemente negras e negros sob suspeita. É perceptível a diferença de tratamento a brancos e negros por parte da justiça. Estes são tratados com mais severidade, desde a instância policial até o tribunal, como se a criminalidade e a possibilidade de “perturbar a ordem social” lhes fosse inerente.

Quase que diariamente a mídia nos traz a população negra como a parcela da sociedade potencialmente e vocacionalmente criminoso. Não raro assistimos os corpos negros mortos em confrontos entre a polícia e o tráfico como se não representasse absolutamente nada. A representatividade do negro em programações televisivas da grande mídia se atém à representação de personagens que, ou são ladrões e criminosos ou vivem em precárias condições, exercendo atividades de subalternidade em relação à população branca. Há,

portanto, uma naturalização das mortes da população negra, bem como de sua inferioridade intelectual e laboral por parte da grande mídia hegemônica.

Precisamos entender o racismo no Brasil como um dos componentes sobre os quais se assentam e se estruturam as relações sociais, econômicas, políticas, culturais, institucionais e ambientais. Por isso é urgente, para que a luta contra a discriminação da população negra produza resultados consistentes, um passo decisivo que nós, brasileiros, ainda não demos: assumir que somos, sim, racistas — seja como indivíduos, seja como sociedade.

De acordo com o filósofo e jurista Silvio Almeida, hoje ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), quando se admite a existência do racismo, cria-se, automaticamente, a obrigação moral de agir contra ele. Para Silvio Almeida, negar a existência do racismo é essencial para sua continuidade. Seu funcionamento e reprodução se dá, sem qualquer embaraço, quando é negado, naturalizado, incorporado ao nosso cotidiano como algo normal. Se não reconhecemos a sua existência, é como se o problema não existisse e nenhuma mudança se fizesse necessária. A tomada de consciência, portanto, é um ponto de partida fundamental.

Reconhecer que convivemos com o racismo implica em abolir do nosso modo de pensar e do nosso comportamento do dia a dia a contradição que vimos aflorar quando todos nós, brasileiras e brasileiros, expressamos nossa contundente indignação nos diversos canais abrangidos pelas redes sociais e até em protestos de rua, como que envolvidos por uma onda antirracista mundial, frente ao assassinato do segurança americano negro George Floyd, de 40 anos, asfixiado por um policial branco em Minneapolis em maio de 2020. Por outro lado, quase que diariamente, assistimos na televisão e lemos nos jornais notícias sobre crimes praticados no nosso entorno, tão racistas e cruéis quanto ao ocorrido nos Estados Unidos, e não demonstramos nem de longe a mesma comoção e, em muitos dos casos, sequer reagimos.

E aqui voltamos ao mito da democracia racial. A elite branca e assentada no poder, do colonialismo ao capitalismo da atualidade, construiu com habilidade o pensamento que permeia o tecido social brasileiro: do país de miscigenados, felizes e sem conflitos, pois o ódio e a violência racial não residem aqui.

Combater o racismo pressupõe ultrapassar os limites do senso comum, que nos limita a compreendê-lo de maneira simplista, resumindo-o àquelas situações em que uma pessoa negra é impedida de adentrar certos ambientes, como clubes, elevador social ou quando são depreciadas pela cor da pele, situações que configuram sim racismo e exigem medidas punitivas, pois o preconceito ultrapassa esses limites, manifestando-se, muitas vezes de forma

silente, produzindo, porém, efeitos muito mais negativos na vida dos negros e negras. Ser negra e negro no Brasil significa:

- ser mais pobre que o branco;
- ter menos escolaridade;
- receber salários inferiores;
- ser mais rejeitada e rejeitado pelo mercado de trabalho;
- ter menos possibilidade de ascender social e profissionalmente;
- não integrar postos de comando seja no poder público, seja na iniciativa privada;
- constituir a massa trabalhadoras e trabalhadores que ocupa sobremaneira subempregos;
- ter menos ou quase nenhum acesso à saúde;
- ser o alvo preferencial da violência urbana.

Compreender essa realidade é compreender que a pele negra segue submetida a grilhões e que não se trata de uma decorrência natural das nossas desigualdades sociais. Trata-se, isto sim, da inexistência de instrumentos que possibilitem às pessoas negras tocarem a vida em sua plenitude, com dignidade e acesso aos bens sociais comuns a todos os brasileiros e brasileiras.

O conceito de racismo estrutural traz, em sua concepção, a negação à população negra dos direitos estabelecidos para a sociedade brasileira como um todo. Se analisarmos o fato de que o crime de racismo não tem implicado em medidas punitivas previstas em lei, fica claro esse caráter estruturante do racismo brasileiro, pois temos leis que preveem punições para os crimes de racismo e injúria racial, mas elas não são aplicadas. E não são aplicadas porque simplesmente não há a demanda por parte da sociedade. Ser negra e negro no Brasil significa ter um tratamento diferenciado, pois para usufruir dos mais simples direitos, como por exemplo, o direito à liberdade primordial e universal de ir e vir, a população negra necessita exigí-lo, inclusive brigando por ele, quando na verdade deveria exercê-lo com serenidade. Senão vejamos: sair de casa para ir à escola, ao cinema, ao parque, requer atenção do jovem negro à algumas estratégias de sobrevivência. Estas incluem não usar gorro ou boné; manter a roupa alinhada; levar o documento de identidade e até a carteira de trabalho; baixar a cabeça e levantar as mãos se for abordado pela polícia. Mas essas estratégias não precisam ser observadas pela juventude branca que, ao contrário, pode usar a roupa toda rasgada e ter a certeza de que não vai ser importunado. Ser negra e negro significa estar num processo de embate permanente nos ambientes públicos e até nos privados.

O senador Paulo Paim (PT-RS), que foi vice-presidente da CPI do Assassinato de Jovens Negros e redigiu o projeto de lei que deu origem ao Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288, de 2010), diz que, sendo o racismo estrutural, não existe negro no Brasil que escape da discriminação. Para Paim, se uma pessoa de pele negra, independentemente da posição social, disser que jamais viveu um episódio de discriminação na vida é porque se trata de uma ferida tão profunda que ela prefere silenciar para não voltar a sentir a dor.

Como combater o racismo? Mais eficaz do que apenas combater os crimes individuais é derrubar as estruturas da sociedade que criam o racismo e as pessoas racistas. A advogada Flávia Pinto Ribeiro, presidente da OAB Mulher/RJ aponta, como uma das medidas necessárias para enfraquecer o racismo, ações que visem enegrecer todas as nossas instituições, que hoje são brancas, permitindo a entrada da negra e do negro nos governos, nos tribunais, nos postos de comando das empresas, das escolas, das universidades. As cotas raciais ajudam nesse caminho. O enegrecimento das instituições é importante porque muda a imagem cristalizada de que a negra e o negro é sub-humano e não tem capacidade para ocupar todos os espaços da sociedade.

É necessário mudar a educação, a escola, construindo na mente e no coração dos indivíduos o desejo de igualdade, diversidade e integração. Por conseguinte, os meios de comunicação precisam modificar suas abordagens, desde as novelas até as programações jornalísticas, abrindo espaço para uma representatividade capaz de desconstruir o papel de subordinação e inferioridade da população negra frente à população branca. Dar visibilidade ao povo negro apenas em datas concessivas como o 13 de maio [aniversário da Lei Áurea] ou o 20 de novembro [Dia da Consciência Negra], ou então para que apenas narrem suas tragédias pessoais e individuais, não é solução. Só reforça um imaginário que cola a negra e o negro diretamente ao seu pertencimento racial e não ao pertencimento social desprovido de qualquer discriminação. Desta forma, estaremos forjando comportamentos que levem as pessoas a mudarem seus próprios comportamentos e induzindo, também, mudanças na política, na economia, no direito, na cultura.

Para Silvio de Almeida, essa não é uma transformação fácil de ser feita, já que o racismo garante aos brancos uma posição privilegiada na sociedade. Mas há argumentos para convencê-los a se engajar nessa mudança e abrir mão de benefícios que, historicamente, as engrenagens racistas da sociedade lhes garantem.

Precisamos assinar um termo de acordo com Silvio de Almeida, pois “*não é possível haver democracia numa sociedade racista*”. A sociedade racista é sistemicamente autoritária, porque precisa se utilizar da força para rejeitar as reivindicações justas da maioria e atender à minoria. Manter a desigualdade, a pobreza e a baixa representatividade política exige violência sistêmica, que depois acabará sendo aproveitada também contra os brancos. Além disso, se a maioria da sociedade é pobre, violentada e humilhada o tempo todo, essa sociedade não pode ser saudável. É um lugar péssimo para qualquer pessoa viver, inclusive os brancos. O engajamento na luta antirracista significa compromisso com a democracia, o bom desenvolvimento econômico e a humanidade.

Na última quadra da realidade histórica brasileira, em que vemos instalar-se no governo um projeto de acirramento das desigualdades sociais, de recrudescimento da violência urbana, que tem como alvo a juventude negra, a redução de direitos e de políticas públicas, tem sido a medida adotada como justificativa para conter a crise. A lógica é simples e trágica: menos direitos e políticas sociais, mais pobreza e desigualdade.

Com o golpe perpetrado contra a Presidenta Dilma Rousseff, assistimos ao fechamento do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, deixando também de existir a Secretaria de Direitos Humanos (SDH), a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM). Tais medidas produziram um aumento do racismo, sobretudo o institucional. Como consequência vimos Políticas de ações afirmativas, comprovadamente eficazes para garantir igualdade de oportunidades para a população negra, serem destruídas através da descaracterização do Enem, esvaziamento da importância da lei 10.639/2003, que alterou a LDB, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas, bem como da Lei 12.711/2012, de cotas raciais em cursos de graduação e pós-graduação.

O Estado, em lugar de combater desigualdades e promover serviços públicos e programas sociais, agiu na direção contrária. Priorizou a garantia de contratos, protegeu o direito de propriedade e honrou compromissos com credores, numa completa apropriação pelo mercado da agenda governamental e descaso com a opinião e realidade das camadas mais pobres da sociedade. Todos os avanços conquistados pelo movimento negro nos governos Lula e Dilma, como a questão da demarcação terras quilombolas, fortalecimento da Fundação Cultural Palmares e implemento de eventos culturais não foram apenas ameaçados, viveram até o 30/10, a partir do governo golpista de Michel Temer e do governo Bolsonaro, virulentos ataques com vista a extinção deles.

As ilusões neoliberais que apostam na capacidade do mercado de reduzir desigualdade se mostraram e seguem se mostrando ineficazes. Não há outra forma de reduzir desigualdade, vulnerabilidades e violações de direitos que não seja por políticas públicas universais, integradas, redistributivas, afirmativas e de qualidade, associadas às políticas econômicas que gerem emprego e renda, e que promovam desenvolvimento territorial. Ao mesmo tempo que reformas estruturais como a tributária, agrária são indispensáveis.

Estamos em uma luta cotidiana de sobrevivência da população negra, e contra toda agenda genocida, racista e neoliberal que sempre esteve colocada para o povo preto, em especial para juventude negra, promovendo o seu extermínio das mais variadas formas, seja pela precarização das escolas, universidades e das políticas de Assistência Estudantil, ou pela presença de um modelo de segurança pública que os enxerga como alvos. É preciso combater o camburão ou a prisão, como única opção. O lugar de homens e mulheres de pele preta é nas salas de aulas e no parlamento, nos espaços laborais públicos e privados, produzindo o futuro e transformando a educação, construindo uma sociedade de iguais, exercendo sua cidadania em plenitude.

Como deverá atuar a FASUBRA-Sindical na luta contra o racismo? Diante do caráter estruturante do racismo entendemos que a cabe à federação ampliar suas ações:

- viabilizando projetos que se convertam em eventos nacionais, cujas discussões sejam capazes de produzir na categoria o desejo de engajar-se, de fato, na luta contra as práticas racistas no interior das universidades e no seio da sociedade, em parceria com as demais entidades da sociedade civil, com os movimentos antirracistas e com as organizações representativas do movimento negro;
- possibilitando à Coordenação de Raça e Etnia autonomia, com destinação de orçamento próprio, para execução do seu plano de trabalho, devidamente aprovado pela Direção Nacional;
- estimulando as entidades de base da federação a realizarem eventos regionais e locais, objetivando o engajamento na luta contra o racismo a partir das universidades e das cidades em que estão localizadas, em parceria com as demais entidades da sociedade civil, com os movimentos antirracistas e com as organizações representativas do movimento negro;
- promovendo cursos de formação voltados para os dirigentes sindicais responsáveis por formular e viabilizar as políticas de combate ao racismo nos sindicatos filiados à FASUBRA;

- realizando campanhas de combate às práticas racistas no meio sindical e no meio laboral; fomentando a constituição de ouvidorias institucionais para recepcionar denúncias dessas práticas, bem como o estabelecimento de comissões para apuração e tomada de medidas, que assegurem a aplicação da legislação antirracista pelos órgãos competentes, bem como o direito a ampla defesa e contraditório aos acusados, assegurando, assim, a punição para os casos devidamente comprovados;

- lutando contra o genocídio da população negra, além do fim do racismo religioso;

- defendendo em todas as instâncias possíveis a observância das legislações que visam mitigar as desigualdades entre brancos e negros, como a Lei 10.639 (estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira nas disciplinas dos ensinos fundamental e médio), a Lei 12.711 (a lei de cotas nas universidades), a Lei 7.716 (define como crime aqueles resultantes de preconceito de raça ou de cor), a Lei 12.288 (Estatuto da Igualdade Racial); Lei 12.990 (que reserva para negros e pardos 20% das vagas em concursos públicos para cargos na administração pública federal).

- defendendo a ampliação de políticas públicas destinadas a maior presença do negro no mercado de trabalho e nos campos educacionais;

- realizando, anualmente, o Encontro Nacional de Negros e Negras da FASUBRA, que deverão ser precedidos de encontros regionais e/ou locais.

11. COMUNICAÇÃO: DISPUTA DA NARRATIVA E MOBILIZAÇÃO DA CATEGORIA

A organização nacional das trabalhadoras e dos trabalhadores em educação está diretamente ligada à forma como a FASUBRA e os sindicatos de base se comunicam com as servidoras, os servidores e com a sociedade. Podemos dizer que há um tripé que garante a atuação da FASUBRA na defesa das servidoras e servidores em educação: **a atuação política, a organização sindical e a comunicação.**

Ao longo dos últimos anos, vimos que a FASUBRA e alguns sindicatos de base têm pecado na sua comunicação com a categoria, tendo como principal consequência a desinformação sobre sua atuação política e sobre a própria organização sindical do ramo. Essa desinformação, invariavelmente, gera desconfortos na base da categoria e o sentimento de que a Federação e os sindicatos não atuam no sentido de defender os interesses da categoria. Tanto

isso é verdade que, de tempos em tempos, percebemos movimentos autônomos na base da categoria que reivindicam para si o protagonismo das ações e se arvoram a construir movimentos de certa forma insurgentes e antagônicos à própria organização sindical existente. A consequência disso é a fragmentação da categoria, com a criação, como já vimos, de outras estruturas que se propõem a representar segmentos da categoria.

O atual cenário é marcado pela comunicação imediata, pela influência das mídias sociais – ferramentas estratégicas para comunicar e mobilizar pessoas – além de outras inovações tecnológicas da informação e comunicação. As novas tecnologias, desprovidas de neutralidade, possibilitaram que o antigo processo de desinformação ganhasse uma rapidez – na perspectiva da disseminação – nunca antes vista. Esse fenômeno foi determinante para a eleição de Jair Bolsonaro como presidente do Brasil em 2018 e, conseqüentemente, vem viabilizando os crescentes ataques a direitos sociais, políticos, civis, tendo como um dos alvos os serviços e os servidores públicos, além dos poderes judiciário, legislativo e executivo, vide os atos terroristas do último dia 8 de janeiro.

Assim foi aprovada a Reforma da Previdência de 2019, que teve na comunicação a sua principal estratégia. Estudo realizado pelo Coletivo Intervozes¹ – Vozes Silenciadas: Reforma da Previdência e Mídia – analisou as edições impressas dos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo publicadas de 1º de janeiro a 30 de junho de 2019. Na cobertura televisiva, foram analisadas quatro semanas de edições dos telejornais Jornal Nacional (Rede Globo), Jornal da Record (Rede Record) e SBT Brasil (SBT).

A pesquisa constrói um mapeamento de especialistas ouvidos e seus posicionamentos referentes à proposta de reforma da Previdência apresentada pelo governo, identificando quais as “vozes” escutadas a despeito de outras que foram silenciadas e quais foram amplificadas dentro do debate sobre a reforma da Previdência. Constatamos, ao analisar o posicionamento da grande mídia e das plataformas digitais, que a comunicação garantiu a aprovação da Reforma da Previdência. Se a comunicação tem tanta influência na definição da opinião pública e até na formação da opinião das servidoras e servidores diretamente impactados pelas reformas, é preciso que na atuação sindical se priorize o investimento em estratégias de comunicação que possam fazer o contraponto, disputar a narrativa e mobilizar a categoria.

¹ <https://intervozes.org.br/publicacoes/vozes-silenciadas-reforma-da-previdencia-e-midia/>

Em outra frente, observamos a importância de atualizar dirigentes, trabalhadoras e trabalhadores de comunicação das entidades sindicais sobre as novas tecnologias que permeiam o mundo da comunicação, mostrando não só como utilizá-las, mas principalmente a estratégia mercadológica brutal utilizada por detrás delas. O resgate do direito à comunicação e à informação é primordial diante da atual conjuntura de ataque aos direitos trabalhistas e outros retrocessos.

A FASUBRA possui profissionais da área de comunicação e design e uma coordenação de comunicação. No entanto, percebemos que a comunicação da federação com as trabalhadoras e os trabalhadores de base é extremamente falha. Se não vejamos:

- Youtube: a conta da federação no Youtube, até o momento de fechamento desta tese, possui em torno de 1200 inscritos. Em relação à publicação de vídeos, verificamos uma média de um (1) vídeo por mês. Em relação às *lives* ou transmissões ao vivo, temos uma bem recente sobre avaliação da reabertura da mesa de negociação e, antes dela, uma outra sobre preparação para a Conferência Nacional Popular para Educação (CONAPE) realizada há sete (7) meses atrás! O canal praticamente não existe!

- Instagram: esta plataforma possui em torno de 4700 seguidores. A última publicação foi feita ainda no ano de 2022. No *Reels*, há mais atividade. Porém, não há periodicidade compatível com as necessidades de informação da categoria!

- Tik Tok: a conta da FASUBRA possui pouco mais de 1500 seguidores. A última postagem foi em novembro de 2022, sem conteúdo sindical. Antes dela, uma postagem em outubro de 2022 apresentando a posição de apoio à candidatura de Lula presidente!

- Site da FASUBRA: o site da federação possui um layout agradável, mas percebemos que há informações desatualizadas na seção das coordenações e representações. A seção de notícias é bem movimentada; no entanto, não há uma articulação dessas notícias em formato jornalístico com publicações desse conteúdo nos formatos adequados para as outras plataformas. A aba "Mídia" mostra isso claramente. As informações sobre congressos inexistem! Não há um histórico de decisões congressuais! Quanto às plenárias, somente encontramos os relatórios de plenárias realizadas em (pasmem!) 2010 e 2011! Há uma última aba denominada "Arquivos" em que encontramos 'tudo de tudo'. No entanto, os documentos históricos, como os projetos de carreira e de universidade, simplesmente não existem no site!

A principal forma de comunicação da FASUBRA com a sua base é através do Informativo da Direção (ID), que é enviado por e-mail para as direções dos sindicatos filiados e, em muitos locais, não chega até a base, configurando falhas da Federação e de alguns sindicatos de base.

Portanto, pelos poucos exemplos que mostramos, podemos afirmar que a FASUBRA tem ferramentas de comunicação, mas tais ferramentas não são usadas para comunicar, além de serem esvaziadas, com aproximadamente 1% da categoria seguindo. É urgente que se construa um projeto de reestruturação das plataformas de mídias da federação, com forte campanha de (re)lançamento e adesão, a fim de que a FASUBRA possa se comunicar bem com a categoria e conectada com as mais recentes tendências da comunicação. Paralelo a isso, a FASUBRA deve estabelecer uma periodicidade de publicações, mostrando o dia a dia da federação e comunicando sobre seus principais atos debates. Conteúdo ágil, rápido e consistente para alimentar as diversas plataformas!

Para além disso, precisamos organizar as memórias da Federação. Já temos resolução congressual que criou uma comissão que tem como objetivo construir o Projeto Memória da FASUBRA, assim como o esboço do projeto. Esse trabalho foi feito, mas está caminhando a passos lentos. É necessário que as direções da federação consigam compreender a importância de alimentar o projeto e dar autonomia para que a comissão, indicada de forma representativa, consiga avançar na recuperação e preservação da nossa trajetória como categoria e sujeitos no espaço de sua organização; ou seja, organizar e registrar nossa história.

Desta forma, propomos:

- Instalar o Coletivo de Comunicação da FASUBRA, que construirá coletivamente a estratégia de comunicação para as pautas nacionais e disseminará os conteúdos da Federação para os territórios e segmentos da categoria;
- Construção de um projeto de reestruturação das plataformas de mídias da Federação, com forte campanha de (re)lançamento e adesão, a fim de que a FASUBRA possa se comunicar bem com a categoria e conectada com as mais recentes tendências da comunicação;
- Conscientizar as dirigentes e os dirigentes sindicais sobre a importância estratégica da comunicação como determinante no êxito das lutas sindicais, estimulando a participação dessas e desses representantes nos espaços e atividades da Federação que façam o debate da estratégia de política de comunicação sindical;

- Dar continuidade efetiva ao Projeto Memória da FASUBRA, conferindo autonomia para a comissão instituída para tal, no sentido de apresentar os resultados desse importante política;
- Fortalecer a participação da FASUBRA e dos sindicatos filiados, de forma efetiva, no Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC);
- Realizar campanhas permanentes de combate à desinformação e *fake news*;
- Desenvolver campanhas permanentes de combate ao racismo, ao machismo, à LGBTQIA+fobia, ao capacitismo, bem como ao assédio nos locais de trabalho;
- Criar um programa de formação específico na FASUBRA a fim de debater o tema do Direito à Comunicação e à Informação e outros temas ligados à comunicação, bem como utilizar outros recursos de formação, como cursos *online* e presenciais, oficinas, debates, etc. Elas têm o objetivo de formar pessoas para serem formadoras e comunicadoras, ou seja, multiplicarem o conhecimento, o que inclui criar grupos de comunicação e, principalmente, como atuar nas redes sociais, compartilhando o conteúdo;
- Realizar Seminário de Comunicação das servidoras e dos servidores em Educação, coordenado pela FASUBRA, para discutir estratégias de comunicação capazes de contrapor os ataques impostos pelo governo e otimizar o diálogo com a base da categoria;
- Buscar formalizar parceria institucional com jornais da mídia alternativa, tais como o Jornal Brasil Popular e o Jornal Brasil de Fato, para compartilhamento e distribuição dos conteúdos produzidos, com vistas a ampliar e diversificar o público;
- Organizar uma rede de comunicadores da categoria, bem como a distribuição de materiais produzidos. A rede de comunicadores deverá estabelecer um processo de comunicação que faça as pautas das servidoras e servidores chegarem, de fato, até elas e eles. Esses comunicadores também estarão preparados para produzir e difundir conteúdo informativo da categoria. As informações, notícias etc. terão a finalidade de fortalecer a luta contra os ataques aos direitos, à democracia, contra o fascismo, e formar uma nova consciência de classe na sociedade.

12. ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS

O Estatuto da FASUBRA é bastante longo e possui elementos estruturais e de funcionamento. Entendemos que uma readequação geral precisa ser feita no sentido de criarmos dois documentos: um estatuto, que verse exclusivamente sobre a estrutura; e um regimento geral, que detalha o funcionamento. O primeiro deve seguir sendo alterado por determinação congressual, e o segundo pode ser alterado em plenária convocada com pauta específica, com quórum qualificado de votos para aprovação. Dessa forma, cabe à direção da FASUBRA realizar o debate e apresentar uma proposta completa de alteração estatutária que verse, inclusive, sobre a reorganização das coordenações frente às demandas de lutas da categoria.

Considerando os elementos colocados no corpo de nossa tese, propomos as seguintes alterações estatutárias:

- Estabelecer no XXIV CONFASUBRA a paridade de gênero para a direção eleita da Federação nesse mesmo Congresso, através de aprovação de alteração estatutária que trata sobre o tema;
- Incluir a modalidade de assembleias virtuais e híbridas para adequação à atual realidade;
- Excluir das disposições transitórias o artigo 97, e colocar em prática a determinação do parágrafo 10 do artigo 31 que determina o rateio solidário entre as entidades de base;
- Alterar a mudança nas coordenações de formação e comunicação sindical e Organização sindical no sentido de criar as coordenações de Formação e Organização Sindical e de Comunicação Sindical;
- Propor o debate sobre a alteração do estatuto, criando um regimento geral, bem como a reorganização das coordenações no sentido de torná-las adequadas aos novos temas e aos temas já existentes, porém com novos desenvolvimentos. Que a próxima direção faça o debate até o final de 2023 e apresente uma proposta à uma plenária convocada para este fim, que irá aprovar as mudanças para o próximo congresso eleitoral.

13. PLANO DE LUTAS PARA A FASUBRA

Conjuntura Internacional e Nacional

- A Federação deve se posicionar nos espaços nacionais e internacionais pelo fortalecimento dos BRICS e por um mundo multipolar;
- A Federação deve condenar a guerra na Ucrânia provocada pelo imperialismo norte americano através de seu braço armado a OTAN;
- A Federação deve intensificar a unidade do campo da educação na América Latina, unificando a luta contra a extrema direita no continente;
- A Federação deve ter como principal inimigo de classe o nazifascismo bolsonarista, que vai envidar todos os esforços para derrubar o Governo de Frente Ampla, substituindo-o por um regime nazifascista. Esta compreensão deve estar absolutamente clara;
- Estabelecer como horizonte estratégico o ano de 2026 como sendo o marco histórico da derrota do bolsonarismo. Ou seja, no ano de 2026 o bolsonarismo deve chegar derrotado economicamente, politicamente e socialmente, sendo derrotado nas ruas e nas urnas. Esta derrota deve ser construída no dia a dia, nas ruas, e deve passar pela derrota da extrema direita nas eleições de 2024;
- A Federação deve sustentar nas ruas o *Programa desenvolvimentista*. Para isto deve lutar ao lado da classe trabalhadora para reverter os processos de privatização, principalmente da Eletrobrás e Petrobrás;
- A Federação deve incorporar as agendas de rua propostas pelas Centrais e pelas frentes de luta Frente Brasil Popular (FPB) e Frente Povo Sem Medo (FPSM) para derrotar politicamente o bolsonarismo, sobretudo nos Estados onde o fascismo bolsonarista governa;
- A Federação deve incorporar as reivindicações imediatas da classe trabalhadora. Neste sentido, deve promover ampla campanha pelo aumento do salário mínimo (com ganhos reais), a imediata redução dos juros, a imediata recomposição da tabela do imposto de renda, produzindo assim um aumento de renda para vastos setores da classe trabalhadora;

- Pela retomada dos Conselhos e Conferências municipais, regionais, estaduais e nacional para ampla participação democrática nas decisões e implementações nas diversas áreas de atuação dos poderes executivos!

- A Federação deve promover uma ampla campanha em defesa da democracia denunciando as Forças Armadas como o legítimo partido político do nazifascismo brasileiro, exigindo a punição de todos os militares envolvidos na sustentação golpista de 08 de janeiro;

- Como uma ação tática importantíssima deve ser a busca de unificação de todas as lutas que envolvem o conjunto da classe trabalhadora. As Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo, devem intensificar sua capacidade de unidade em todos os municípios da Federação;

Mudanças Climáticas e a Agenda Necessária

- No âmbito latino-americano, a FASUBRA deve cobrar do governo federal que imprima todos os esforços para construir uma agenda climática própria para a América Latina, articulando proteção ao meio ambiente com projetos de inclusão e desenvolvimento socioeconômicos sustentáveis, rumo ao Ecosocialismo;

- No âmbito nacional, a FASUBRA deve assumir a pauta de lutar pela recomposição do CONAMA, com o retorno da representação da sociedade civil nos moldes anteriores, bem como a reconstrução da legislação ambiental, em especial dos licenciamentos ambientais;

- A FASUBRA deve cobrar do governo que cumpra as promessas de campanha na área ambiental, em especial das ações para o desmatamento zero na Amazônia até 2030 e de ações para que a questão ambiental seja tratada de forma transversal em todas as ações governamentais, desde o planejamento até a entrega da ação;

- Indicar para todos os sindicatos de base fazer a cobrança insistente para que as IFE da base da FASUBRA assumam de forma efetiva todas as ações necessárias para a implementação do Plano de Gestão e Logística Sustentável.

Sem Autonomia não há Democracia nas IFE

- Criação do **Conselho de Reitores das Universidades Públicas Brasileiras - e similares para os Institutos Federais** - como órgão de Estado, com a competência de coordenação e representação global das universidades públicas, sem prejuízo da autonomia de

cada uma delas. O Conselho definiria as diretrizes e orientações para a harmonia do sistema público de ensino superior;

- O **estatuto de cada universidade e instituto federal** deve conter as normas fundamentais de sua organização interna, os planos científico, pedagógico, financeiro e administrativos, assim como o regime das autonomias das respectivas unidades orgânicas, e serem homologados por prazo máximo de 60 dias, pelo Ministro da Educação, que só pode recusar, fundado na inobservância da Constituição ou das leis em vigor;

- A **autonomia financeira** que garanta que as universidades e institutos federais possam dispor de seu patrimônio de forma a gerir livremente as verbas anuais que lhes são atribuídas no orçamento da União, ter a capacidade de transferir verbas entre as diferentes rubricas e itens orçamentários;

- **As IFE precisam ser ouvidas** na definição dos critérios de fixação das dotações orçamentárias, principalmente nos planos de investimento;

- Garantir que as **receitas próprias** sejam mantidas e investidas nas universidades e institutos federais e nas suas unidades orgânicas, sem contingenciamento;

- Possibilitar que as universidades e institutos federais possam elaborar, no curso de cada ano econômico, os **orçamentos suplementares** voltados ao reforço do orçamento ou mesmo alterar rubricas deste orçamento;

- Que o Reitor(a) e Vice-Reitor(a) eleito por meio de **eleição direta**, com voto secreto de docentes, TAEs e estudantes, garantindo a paridade direta das três categorias, e descrita em seus estatutos, e adotando o modelo de que o dirigente que sai comunica o resultado eleitoral ao Ministro da Educação que procede à nomeação do eleito, tanto a comunicação e a nomeação com prazos pré-definidos na lei. Assim como o Estatuto, só pode recusar a nomeação com base em vício de forma do processo eleitoral. A posse é junto à comunidade universitária. **Fim das listas tríplices;**

- Autonomia administrativa na gestão de pessoal: os servidores lotados nas universidades e institutos federais não se confundem com os demais servidores da administração direta, não só porque são **Entidades** da administração indireta, como as universidades e institutos federais têm **finalidades específicas**, determinadas pela CF e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional (LDB), em legislação própria de avaliação, como o Sistema Nacional Avaliação do Ensino Superior (SINAES) que apontam seus indicadores e diretrizes;

- **Fim da intervenção ministerial** na administração de pessoal, seja no cumprimento da sua jornada de trabalho, no modelo de execução de suas atribuições, no cronograma de capacitação de seu pessoal, no modelo de avaliação etc. Essas decisões devem ter diretrizes definidas pelo Conselho de Reitores e estabelecidas dentro de cada universidade e instituto federal em função das suas peculiaridades territoriais e Projeto de Desenvolvimento Institucional.

Relação da FASUBRA com os Institutos Federais

- Propor a regulamentação das horas para realização de projetos de ensino, pesquisa e extensão pelos TAE;

- Propor a criação de critérios objetivos e impessoais para flexibilização da jornada de trabalho nos institutos federais, como única forma legalmente possível de funcionamento deles nos três turnos, lutando pela sua implementação;

- Cobrar o atendimento, por parte das instituições, ao modelo de dimensionamento de cargos e funções de acordo com o disposto na Lei 11.091/2005 e seus decretos regulamentadores;

- Lutar pela recomposição do orçamento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com a criação de novas vagas de servidores, investimentos e ampliação de infraestrutura;

- Defender e incentivar, em todos os espaços institucionais e legislativos, a ampliação das vagas de ensino médio integrado nos IF, contrapondo-se ao modelo liberal de educação profissional tecnicista;

- Lutar pela garantia da autonomia das instituições, respeitando os processos eleitorais e decisões dos Conselhos quanto a abertura de novos campi, cursos e divisão dos IF;

- Propor a alteração do § 1º do Art. 13 da Lei 11.982/2008, permitindo que os TAE que tenham escolaridade de nível superior possam se candidatar ao cargo de Diretor-Geral, independente do cargo que ocupem na carreira PCCTAE.

Ataques à Carreira - PCCTAE - 18 anos: que carreira queremos afinal?

- **Manter a proposta de aperfeiçoar o PCCTAE**, de forma a garantir a manutenção e tratamento igual para todas e todos os TAE ativas e ativos, aposentadas e aposentados, e ocupantes de cargos extintos e em extinção, buscando diminuir a repercussão das reformas da previdência na situação de quem foi por elas atingido e não têm direito à paridade com salários dos TAE em atividade; neste sentido devemos trabalhar, com o cenário de **aumento do salário (reposição de perdas e aumento do piso)**, considerando a inflação do período posterior à nossa última parcela de acordo (2017), **aumento de benefícios existentes**, equiparando-os a de outros servidores públicos, (como auxílio alimentação, auxílio creche e auxílio saúde);

- **Definir data-base** para reposição de perdas anuais(**urgente**)

- **Retomar a ascensão funcional; (médio prazo)**

- **Revogar toda a proibição de concurso (urgente);**

- **Recompor quadro de pessoal, atualizar cargos e resolver terceirização (médio prazo)**. Buscar com a assessoria jurídica forma legal de atualizar cargos sem incorrer em provimento derivado, estudando a possibilidade de alterações de legislações e da própria CF.

- Analisar quais fazeres/cargos do PCCTAE, caracterizados como atividades permanentes, são necessários para a universidade/instituto atuais, **identificando quais cargos resgatar da terceirização**, e quais cargos deveremos criar, se for o caso (**médio prazo**);

- Incluir nas atribuições gerais dos cargos a possibilidade de TAE coordenar projetos de pesquisa e extensão (**curto prazo**).

- **Reajuste Linear** para os SPF do Poder Executivo, considerando a inflação do período posterior à nossa última parcela de acordo (2017), (**urgente e curto prazo**);

- **Aumento de piso**, contemplando os salários de piso da área de enfermagem, como primeira posição em direção ao piso de três salários mínimos (**curto e médio prazos**);

- Resolver **em curto prazo** o cumprimento de piso legal para cargos da área de enfermagem com complementação de piso, defendendo que contemple ativos e aposentados, podendo ser a título de antecipação de carreira.

- Manter em todas as alternativas de negociação o **enquadramento igual** para **ativas e ativos, aposentadas e aposentados**, bem como para ocupantes de cargos extintos e em extinção;
- **Contemplar ascensão funcional** por meio de emenda constitucional, com reserva de 30% das vagas para carreira, a serem acessadas via concurso público (**médio prazo**);
- Garantir, no texto da lei 11.091/05, a **execução de atividades que correspondam à qualificação incentivada** (educação formal) como obrigação da Instituição, de forma a justificar o referido incentivo, podendo ser, conforme o cargo, em percentual da carga horária total, que não caracterize desvio de função. (**curto prazo**);
- **Retomar o Incentivo por mérito e permanência (curto prazo)**;
- Implementar e garantir, **em toda a modalidade de trabalho**, que a avaliação de desempenho seja a prevista no PCCTAE e decretos 5825/06 e 5824/06. Revogar PGD como proposto e aprovar norma própria de PGD para as IFE adequado ao PCCTAE e SINAES (**curto prazo**);
- Construção e aprovação do Programa de Gestão, para todas as modalidades de trabalho, que respeite e integre o PDI e o PDICPCCTAE e qualquer decisão de implantação, alteração ou suspensão do mesmo sejam esgotadas no âmbito da IFE, em seu órgão colegiado superior.

Pela Valorização do(a)s Aposentado(a)s e Pensionistas

- Construir uma plataforma de lutas pela aposentadoria digna com todas as entidades representativas dos trabalhadores do setor público;
- Lutar pela aprovação imediata da PEC 555/2003, que põe fim à taxação das aposentadorias e pensões;
- Lutar pela revogação da EC 95/2016 – emenda do teto de gastos que promove o desmonte dos serviços públicos e coloca em risco os proventos da aposentadoria e pensões;
- Lutar pela revogação da EC 103/2019 – reforma da previdência do governo Bolsonaro;
- Buscar o ressarcimento dos valores comprovadamente gastos com saúde por aposentados e seus dependentes;

- Lutar por uma reestruturação do PCCTAE que valorize as aposentadas, os aposentados e pensionistas em seus diversos regimes;
- Promover ações de mobilização e luta em defesa dos aposentados e pensionistas, em conjunto com as demais categorias do setor público das três esferas, em todo país.

Hospitais Universitários

- Que a FASUBRA realize estudos sobre as condições e relações de trabalho nos HU;
- Abertura, em caráter de urgência, de concurso público, via RJU;
- A FASUBRA deve orientar suas entidades de base a fazer campanha de filiação para todos e todas as trabalhadoras dos HU;
- Criação de um GT nacional sobre Assédio Moral nos HU;
- A FASUBRA deve orientar suas entidades de base a atuar ativamente nos Conselhos de Saúde;
- A FASUBRA deve realizar ampla campanha em defesa do SUS.

Mulheres (Combate às opressões)

- Fomento, prioridade e visibilidade aos projetos e eventos das Coordenações da Mulher Trabalhadora, LGBTQIA+ e Raça e Etnia;
- Autonomia para as coordenações da Mulher Trabalhadora, Raça e Etnia e LGBTQIA+ da FASUBRA para executar seus planejamentos, por meio da destinação de orçamento próprio para cada coordenação mediante a apresentação de plano de trabalho aprovado pela Direção Nacional;
- Retomada de eventos nacionais e início de eventos regionais para debater, construir e promover a pauta de combate a opressões da FASUBRA;
- Continuidade das campanhas publicitárias nas mídias da FASUBRA, procurando repercutir na rede de mídias das entidades filiadas, com vistas em fomentar debate e propagandear a cultura feminista, antirracista e de combate à discriminação de gênero, de sexualidade e de socioafetividade na categoria;

- Construção e realização de cursos de formação para dirigentes responsáveis pelas políticas de combate às opressões nos sindicatos filiados à FASUBRA;
- Estabelecer no XXIV CONFASUBRA a paridade de gênero para a direção eleita da Federação nesse mesmo Congresso, através de aprovação de alteração estatutária que trata sobre o tema;
- Orientar os sindicatos filiados que fortaleçam a participação das mulheres nas lutas e nos espaços de decisão da entidade, construindo as condições para que essa maior participação ocorra, garantindo sempre que necessário infraestrutura de apoio para que as mulheres com filhos pequenos possam participar das atividades;
- Orientar os sindicatos filiados que estabeleçam a paridade de gênero em suas direções e espaços de decisão;
- Realizar campanha de combate ao assédio moral e sexual contra mulheres no meio sindical; sejam trabalhadoras dos sindicatos, sejam militantes e dirigentes, através de forte processo de formação e conscientização, bem como estabelecer espaços de ouvidoria para recepcionar denúncias e comissões de combate à violência de gênero para estabelecer apuração e punição para os casos comprovados;
- Promover ações de educação e conscientização das trabalhadoras das instituições federais de ensino, propondo políticas de valorização da mulher, prevenindo ocorrências de assédio, violência ou discriminação e incentivando a participação feminina no ambiente institucional e sindical;
- Que a FASUBRA estabeleça relações com o conjunto dos movimentos de mulheres, ampliando o leque de atividades nas áreas de apoio estratégico, formação, participação de atividades conjuntas ligadas à pauta das mulheres de caráter geral, que visem a transformação social e a superação de condições de exclusão e de risco social, bem como o fomento de condições de empoderamento para promoção de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, independente de cor, raça, origem, credo, idade, deficiência, gênero ou orientação sexual;
- Realização de atividades periódicas de formação para mulheres, em caráter híbrido ou on-line, sobre temas relevantes à luta feminista;

- Que a FASUBRA se integre à organização anual do 8M e oriente os sindicatos a fazer o mesmo nos estados;
- Que a FASUBRA se integre e mobilize os sindicatos filiados a participarem da Marcha das Margaridas e da Marcha das Mulheres Negras, bem como outras manifestações nacionais de auto-organização em defesa das mulheres;
- Que a FASUBRA se integre aos 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, realizando atividades, produzindo conteúdo formativo e informativo para as suas redes sociais, com mobilização educativa e de massa de luta pela erradicação desse tipo de violência e pela garantia dos Direitos Humanos das mulheres. Com início em 20 de novembro (Dia da Consciência Negra) e término em 10 de dezembro (Dia dos Direitos Humanos);
- Que a FASUBRA realize parcerias e estreite os laços com entidades que atuam na defesa dos direitos das mulheres trabalhadoras;
- Que a FASUBRA realize atividades formativas e culturais, tais como debates, entrevistas, exposições, em formato virtual e/ou presencial, apresentando mulheres negras que, com sua arte, militância, e produção política, acadêmica, cultural e de pesquisa, mudaram o mundo;
- A FASUBRA deve realizar anualmente o Encontro da Mulher Trabalhadora.

Combate ao Racismo

- viabilizar projetos que se convertam em eventos nacionais, cujas discussões sejam capazes de produzir na categoria o desejo de engajar-se, de fato, na luta contra as práticas racistas no interior das universidades e no seio da sociedade, em parceria com as demais entidades da sociedade civil, com os movimentos antirracistas e com as organizações representativas do movimento negro;
- possibilitar à Coordenação de Raça e Etnia autonomia, com destinação de orçamento próprio, para execução do seu plano de trabalho, devidamente aprovado pela Direção Nacional;
- realizar campanhas de combate às práticas racistas no meio sindical e no meio laboral; fomentando a constituição de ouvidorias institucionais para recepcionar denúncias dessas práticas, bem como o estabelecimento de comissões para apuração e tomada de medidas, que assegurem a aplicação da legislação antirracista pelos órgãos competentes, bem como o direito

a ampla defesa e contraditório aos acusados, assegurando, assim, a punição para os casos devidamente comprovados;

- realizar, anualmente, o Encontro Nacional de Negros e Negras da FASUBRA, que deverão ser precedidos de encontros regionais e/ou locais.

Comunicação: Disputa da Narrativa e Mobilização da Categoria

- Instalar o Coletivo de Comunicação da FASUBRA, que construirá coletivamente a estratégia de comunicação para as pautas nacionais e disseminará os conteúdos da Federação para os territórios e segmentos da categoria;

- Construção de um projeto de reestruturação das plataformas de mídias da Federação, com forte campanha de (re)lançamento e adesão, a fim de que a FASUBRA possa se comunicar bem com a categoria e conectada com as mais recentes tendências da comunicação;

- Conscientizar as dirigentes e os dirigentes sindicais sobre a importância estratégica da comunicação como determinante no êxito das lutas sindicais, estimulando a participação dessas e desses representantes nos espaços e atividades da Federação que façam o debate da estratégia de política de comunicação sindical;

- Fortalecer a participação da FASUBRA e dos sindicatos filiados, de forma efetiva, no Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC);

- Realizar campanhas permanentes de combate à desinformação e *fake news*;

- Desenvolver campanhas permanentes de combate ao racismo, ao machismo, à LGBTQIA+fobia, ao capacitismo, bem como ao assédio nos locais de trabalho;

- Criar um programa de formação específico na FASUBRA a fim de debater o tema do Direito à Comunicação e à Informação e outros temas ligados à comunicação, bem como utilizar outros recursos de formação, como cursos *online* e presenciais, oficinas, debates, etc. Elas têm o objetivo de formar pessoas para serem formadoras e comunicadoras, ou seja, multiplicarem o conhecimento, o que inclui criar grupos de comunicação e, principalmente, como atuar nas redes sociais, compartilhando o conteúdo;

- Realizar Seminário de Comunicação das servidoras e dos servidores em Educação, coordenado pela FASUBRA, para discutir estratégias de comunicação capazes de contrapor os ataques impostos pelo governo e otimizar o diálogo com a base da categoria;

- Buscar formalizar parceria institucional com jornais da mídia alternativa, tais como o Jornal Brasil Popular e o Jornal Brasil de Fato, para compartilhamento e distribuição dos conteúdos produzidos, com vistas a ampliar e diversificar o público;

- Organizar uma rede de comunicadores da categoria, bem como a distribuição de materiais produzidos. A rede de comunicadores deverá estabelecer um processo de comunicação que faça as pautas das servidoras e servidores chegarem, de fato, até elas e eles. Esses comunicadores também estarão preparados para produzir e difundir conteúdo informativo da categoria. As informações, notícias etc. terão a finalidade de fortalecer a luta contra os ataques aos direitos, à democracia, contra o fascismo, e formar uma nova consciência de classe na sociedade.

Alterações Estatutárias

- Estabelecer no XXIV CONFASUBRA a paridade de gênero para a direção eleita da Federação nesse mesmo Congresso, através de aprovação de alteração estatutária que trata sobre o tema;

- Incluir a modalidade de assembleias virtuais e híbridas para adequação à atual realidade;

- Excluir das disposições transitórias o artigo 97, e colocar em prática a determinação do parágrafo 10 do artigo 31 que determina o rateio solidário entre as entidades de base.

- Alterar a mudança nas coordenações de formação e comunicação sindical e Organização sindical no sentido de criar as coordenações de Formação e Organização Sindical e de Comunicação Sindical;

- Propor o debate sobre a reorganização das coordenações no sentido de torná-las adequadas aos novos temas e aos temas já existentes, porém com novos desenvolvimentos. Que a próxima direção faça o debate até o final de 2023 e apresente uma proposta à uma plenária convocada para este fim, que irá aprovar as mudanças para o próximo congresso eleitoral.